



**UnB**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O voo da Condor sobrevoa o discurso: Anticomunismo durante a CPI do  
Sequestro dos Uruguaios (1979)**

Aline Oliveira Silva

BRASÍLIA  
2023

Aline Oliveira Silva

O voo da Condor sobrevoa o discurso: Anticomunismo durante a CPI do  
Sequestro dos Uruguaios (1979)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de História do Instituto de  
Ciências Humanas da Universidade de Brasília  
como requisito para obtenção do grau de  
licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília  
2023

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres  
Universidade de Brasília  
Orientador

---

Profa. Dra. Camilla Cristina Silva  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Paulo Eduardo Castello Parucker  
Universidade Federal Fluminense

## AGRADECIMENTOS

Com muito amor e gratidão, quero expressar meu profundo agradecimento a todos que estiveram ao meu lado durante todo esse tempo, me apoiando e me motivando do jeitinho de cada.

Agradeço, em especial, à minha mãe pela vida, por me ensinar a gostar de salada e por desatar todos os meus nós até eu aprender a desatá-los sozinha.

Minha família pelo ninho, que com muito esforço e apoio, proporcionaram-me ter o meu nome na lista de aprovados pelo ENEM anos atrás e agora me proporcionam ter o meu nome na lista de formandos. Em especial, à minha irmã Leomara, que foi a minha primeira e principal referência dentro da História. Minha irmã Lucimara por todo natal manter viva a tradição do pavetone de sobremesa e ao meu irmão Alex pelos memes de gatos.

Ao meu bem Hiago, pelo amor extremo, aconchego infinito, piadas horríveis que só você conta e por ser a vida da minha vida.

Aos meus amigos lindos e cheirosos: Carol, pelo 1/10 de século de amizade que mudou a minha vida, mostrando-me coisas novas o tempo todo, tornando você diariamente a pessoa mais fascinante que eu conheço. Assim como agradeço a sua avó pela alegria genuína diante das minhas conquistas, quase pendurando um cartaz em frente a casa mostrando a minha aprovação na UnB.

Larissa, por ter a melhor personalidade do universo e dividir o mundo comigo de Asa Norte à Luziânia.

Kairon, pelas milhões de conversas acompanhadas de pão de queijo superfaturado e por estar lá em todos os momentos.

Cíntia por todo o auxílio impecável neste trabalho como a acadêmica brilhante que és e por todas as nossas músicas compartilhadas.

Lui, por todas as piadas feitas na hora perfeita e pelos melhores conselhos de quem é viciado em viver.

Marina, pelas dicas sobre literalmente todas as coisas que existem no mundo e pelos cafês da manhã quentinhos na mesa de trabalho.

Renan, pelo sorriso lindo que a cada 6 meses surge cada vez mais brilhante e mais adorável, que me mantém lisonjeada diariamente por ser sua amiga.

Sophia, por proporcionar a nossa primeira interação na UnB que nos tornou amigas e que até hoje me permite ver a sua trajetória brilhante e acompanhar rindo o seu vício em amar a tudo e a todos.

Ana Maria, por ser o nosso maior exemplo de aventura e por não ir embora de Brasília

depois de me ouvir confundir paçoca de carne com paçoca de amendoim.

Amanda Vitória, que foi companheira por dias inteiros na UnB e segue invicta como a garota mais doce do mundo.

Lisa, pet da família, por ser literalmente o cachorro mais especial e esquisito que já pisou na terra.

Agradeço também ao meu professor orientador, Mateus Gamba Torres, pela compreensão, motivação, carisma e por não ter soltado a minha mão mesmo quando eu mesma já tinha soltado e jogado no rio mais próximo.

Adicionando esta última parte após a defesa deste trabalho para agradecer a banca avaliadora composta pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Camilla Cristina Silva e pelo Prof. Paulo Eduardo Castello Parucker, que dedicaram seu tempo e expertise na avaliação deste TCC, bem como foram pacientes e compreensivos com a visível ansiedade estampada no meu rosto no dia da apresentação desta pesquisa.

E a todos os outros que, de alguma forma, contribuíram para este momento, seja por palavras de incentivo, apoio prático ou simples presença, meus mais sinceros agradecimentos. Não escrevi nenhuma dessas páginas sozinha; tive a sorte desta imensa rede de apoio nesses longos anos.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília (UnB) pela oportunidade de aprendizado, pelo ambiente acadêmico intenso e também pelo curso enriquecedor que mudou a minha vida.

Obrigada, amo todos vocês.

*À memória dos presos, mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira e das vítimas da Operação Condor no Cone Sul.*

*Chapa, desde que cê sumiu  
Todo dia alguém pergunta de você  
Onde ele foi? Mudou? Morreu? Casou?  
Tá preso? Se internou? É “memo”? Por quê?  
(...)  
Chapa, dá um salve lá no povo  
Te ver de novo faz eles reviver  
Os “pivetin” na rua diz assim: Ei, tio  
E aquele zica lá que aqui ria com nóiz, cadê?*

*Emicida. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e  
Lições de Casa... (2015)*

## RESUMO

Este trabalho é dedicado à análise da influência do imaginário anticomunista na CPI de investigação do sequestro dos uruguaiois Lilián Celiberti e Universindo Díaz, e duas crianças em solo brasileiro em 1979. Através da análise discursiva do relatório final da CPI, somando ao contexto de atuação da Operação Condor e suas estratégias de operação coordenadas entre os governos do Brasil e do Uruguai, buscamos compreender as nuances que influenciaram a conclusão do parecer, assim como o perfil do relator responsável pelo parecer final. Ademais observou-se as estratégias de ataque à integridade e memória da família, vítimas de farsas criadas por altos escalões militares.

**Palavras-chave:** Sequestro dos uruguaiois; Operação Condor; CPI; Anticomunismo.

## ABSTRACT

This research aims to analyse the influence of the anti-communist imaginary on the Parliamentary Inquiry Commission (CPI) investigating the kidnapping of Uruguayans Lilián Celiberti and Universindo Díaz, along with two children, on Brazilian soil in 1979. Through discursive analysis of the CPI's final report, in conjunction with the operational context of Operation Condor and its coordinated strategies between the governments of Brazil and Uruguay, we seek to understand the nuances that shaped the report's conclusions, as well as the profile of the rapporteur responsible for the final opinion. Additionally, we observed the strategies aimed at undermining the integrity and memory of the family, who were victims of falsehoods created by high-ranking military officials.

**Keywords:** Kidnapping of Uruguayans; Operation Condor; CPI; Anticommunism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 650. ALERGS.	14
<b>Figura 2.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 651. ALERGS.	14
<b>Figura 3.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 651. ALERGS.	35
<b>Figura 4.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 526. ALERGS.	42
<b>Figura 5.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 547. ALERGS.	45
<b>Figura 6.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 575. 1979. ALERGS.	48
<b>Figura 7.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 556. ALERGS.	50
<b>Figura 8.</b> Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). Folha 644. 1979. ALERGS.	54

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1. O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS E AS RELAÇÕES TRANSNACIONAIS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA</b>	<b>19</b>
1.1. Entre as asas da Condor	19
1.2. Do planejamento à execução do sequestro	27
1.3. A instauração da CPI de investigação do caso	30
1.4. A apresentação do relatório final da CPI como objeto de análise	34
<b>CAPÍTULO 2. “QUE PARTIDO OPOSICIONISTA NÃO É ACUSADO DE COMUNISTA POR SEUS ADVERSÁRIOS?”</b>	<b>39</b>
2.1. A CPI como campo partidário	39
2.2. Análise da fonte	41
2.3. Anticomunismo e Construção Discursiva	47
2.3.1. <i>Cristianismo</i>	48
2.3.2. <i>Nacionalismo</i>	49
2.4. O encerramento da CPI	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1920 surgiu na França um movimento historiográfico encabeçado por Marc Bloch e Lucien Febvre a partir da publicação da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, marcando a eclosão da *École des Annales*. Segundo Rémond, manifestava-se ali a presença de historiadores insatisfeitos com a chamada História Política. Para o autor, este direcionamento da historiografia tendia a desatender dimensões sociais, culturais e econômicas, isto é, havia a ocorrência de uma espécie de simplificação histórica, principalmente no que tange ao foco unilateral em eventos e líderes. A partir disso, surgiu uma mudança de foco no que tange aos estudos da História Política. Para este redirecionamento da História Política, Rémond aponta a possibilidade de esta ser trabalhada a partir de novas origens de interpretações, tais quais “a opinião pública, a mídia ou o discurso”.<sup>1</sup>

É essencial considerar que, como defende Oliveira, “a historiografia pode se considerar um espaço de debate (...), construção de (novas) idéias e, por fim, construção de uma nova realidade social”<sup>2</sup>. Desse modo, durante parte do século XX, a História Política passou por um breve período de enfraquecimento e descrédito.

Com a renovação da História Política ocorrida no pós-Annales, surgia nesta o interesse em também explorar as outras diversas nuances do saber historiográfico. Tais interesses revelaram-se, segundo Medeiros, nas diversas formas de manifestações do poder, partindo não somente do conceito de poder enquanto fruto de uma natureza necessariamente repressiva, mas também de seu caráter simbólico enquanto parâmetros para as ações individuais e coletivas dos homens<sup>3</sup>. Deste modo, o surgimento da Escola dos Annales permitiu uma abordagem historiográfica mais ampla, multidisciplinar e contextualizada do passado. Portanto, há de se perceber que a Nova História possibilitou a viabilidade, assim como a visibilidade de histórias desconhecidas.

Diante deste direcionamento acadêmico iniciado por Bloch e Febvre, fez-se necessário construir um novo olhar historiográfico genuinamente amplo que compreenda outros agentes históricos, isto é, pessoas comuns, excluídas e possivelmente marginalizadas. Pertinente as observações de Burke, que pontua a distinção entre as reações externas a gradual ruptura da história tradicional, exemplificando que:

---

<sup>1</sup> RÉMOND, René; ROCHA, Dora. *Por uma história política*. Editora UFRJ, 1996.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Ana Fernanda Inocente. *O sentido da história para a École des Annales*. 2014. 162 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/116065>>.

<sup>3</sup> MEDEIROS, Fabrício Ferreira. “A nova história política.” *Temporalidades*, Vol.9, N. 3, pp. 258-269, 2017.

Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que “tal homem não tem história”. Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?”<sup>4</sup>

Partindo destas perspectivas, aplica-se neste trabalho o interesse em compreender possíveis silenciamentos e ausências intencionalmente posicionados. Dessa maneira, com o intuito de introduzir os princípios da Nova História Política, analisaremos, em síntese, nuances históricas da desumanização de presos políticos na ditadura civil-militar no Brasil. Logo, pondo à disposição memórias encobertas em um dos períodos mais obscuros da história brasileira contemporânea, partiremos do princípio de que no Brasil ditatorial os conceitos de criminosos e subversivos foram, sobretudo, quase sinônimos. Sendo assim, afinal de contas, por que nos preocupamos com esses bandidos?

A ditadura militar brasileira, que durou de 1964 a 1985, foi um período marcado por intensa repressão política e social, incluindo violência extrema contra movimentos sociais, políticos e culturais. Durante o período de tirania, o governo militar adotou uma série de medidas agressivas para manter seu controle sobre a sociedade civil brasileira e silenciar movimentos de oposição. Ocorre que, durante a segunda metade do século XX, grande parte do território latino-americano estava tomado por governos totalitários instaurados a partir de golpes militares, alcançando diversos países da América do Sul, sendo o caso da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Tal cenário político, promoveu interações políticas entre estes países, entre elas a Operação Condor. Segundo Quadrat (2002), a Operação Condor foi uma aliança continental encoberta entre as ditaduras militares na América do Sul durante a Guerra Fria para reprimir violentamente opositores políticos<sup>5</sup>.

Tendo em consideração este contexto histórico, será analisado nesta pesquisa o caso dos uruguaios Lilián Celiberti Casariego e Universindo Rodríguez Díaz. Ambos foram perseguidos pelo Estado brasileiro, juntamente com duas crianças, Camilo de 8 anos e Francesca de 3 anos, filhos de Lilián, durante a ditadura. Lilián era professora e militante política enquanto Universindo era membro da Associação de Estudantes de Medicina. Ambos eram membros do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) do Uruguai que, diante da ditadura a qual estava passando seu país de origem, partiram em busca do autoexílio em Porto Alegre. Posteriormente, ainda em período de adaptação em outro país, foram capturados

---

<sup>4</sup> BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>5</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, Vol. 28, nº 47, p.19-41, 2012.

ilegalmente por militares brasileiros em colaboração com agentes uruguaios em 12 de novembro de 1978<sup>6</sup>.

Como visto, durante a década de 1970 os dois países viviam simultaneamente ditaduras de segurança nacional, no qual ambos as ditaduras se baseavam em princípios da Doutrina de Segurança Nacional<sup>7</sup>. Assim como todos os países do Cone Sul, Brasil e Uruguai contavam com uma forte influência política dos EUA, que manifestavam grande apoio a golpes para a instauração de ditaduras militares na América Latina<sup>8</sup>. Este apoio partia de políticas baseadas no Terrorismo de Estado<sup>9</sup>, isto é, no uso sistemático da violência e repressão pelo próprio governo para manter o controle político e social, conceito que será abordado com mais detalhes posteriormente.

Apesar dos esforços militares em manter o plano contra Lilián e Universindo em sigilo, a repercussão do caso gerou uma expressiva mobilização da imprensa nacional e internacional, bem como de organizações de direitos humanos<sup>10</sup>. Ainda segundo Ferro, tal visibilidade ocasionou na decisão do MDB, partido de oposição, em propor a instalação de uma CPI na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul<sup>11</sup>, para apurar o caso. Em outros termos, determinou-se não somente a investigação das circunstâncias do sequestro enquanto crime comum, como também o suposto envolvimento de autoridades e órgãos policiais gaúchos<sup>12</sup>.

A ALRS instaurou a comissão de investigação em 23 de março de 1979, ficando a relatoria a cargo do deputado gaúcho Jarbas Limas do partido ARENA. A documentação original e completa do inquérito está abrigada no acervo digital do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, o qual reúne um vasto acervo da história política do estado, com o

---

<sup>6</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

<sup>7</sup> “O ponto nodal da DSN era a percepção de que a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão no interior dos países.” PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia Historia*, Belo Horizonte, Vol. 28, N. 48, pp.495-517, 2012.

<sup>8</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. 2012. Dissertação de mestrado (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012. p. 16

<sup>9</sup> BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1.

<sup>10</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*; op.cit.,

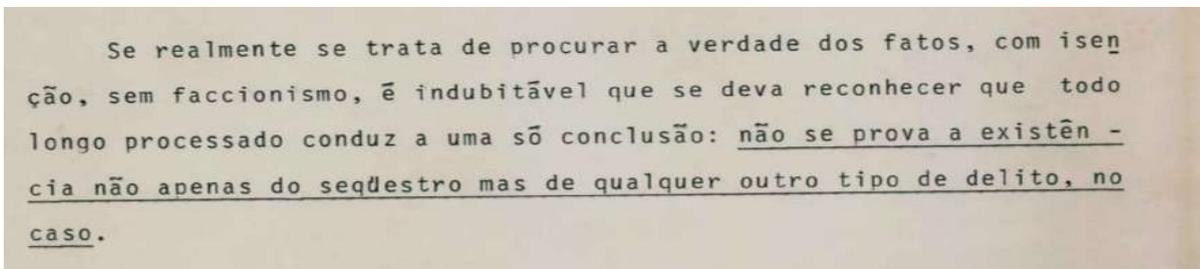
<sup>11</sup> FERRI, Omar. *Seqüestro no cone sul: o caso Lilián e Universindo*. Vol. 1. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

<sup>12</sup> ALERGS. ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS. 23 de março de 1979. Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Folha 15.

propósito de preservar a Memória Institucional do órgão<sup>13</sup>. Nesse sentido, utilizaremos a argumentação presente na narrativa presente na 1ª ata de conclusão, para análise.

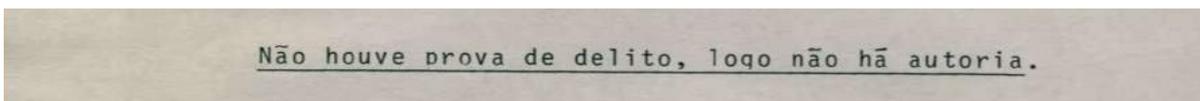
Enquanto relator do caso, o parlamentar arenista Jarbas Lima produziu o relatório de conclusão da CPI pela presunção de, não somente a inocência do governo brasileiro na ação, como também pela inexistência do sequestro por si só.

Abaixo trechos finais da fonte:



Se realmente se trata de procurar a verdade dos fatos, com isenção, sem faccionismo, é indubitável que se deva reconhecer que todo longo processado conduz a uma só conclusão: não se prova a existência não apenas do seqüestro mas de qualquer outro tipo de delito, no caso.

**Figura 1.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 650. ALERGS.



Não houve prova de delito, logo não há autoria.

**Figura 2.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 651. ALERGS.

Todavia, o relatório não foi acolhido pelos demais parlamentares e, posteriormente, foi substituído por um segundo parecer elaborado por outro integrante da assembleia, o deputado gaúcho Ivo Mainardi (MDB). A partir desta sucessão de fatos, pretende-se, neste trabalho, construir uma análise do teor, pretextos e propósitos políticos presentes no discurso do parecer de Lima. Tendo em vista que é possível afirmar a existência de uma tentativa falha em acobertar a expressiva repressão estatal a qual estavam sendo submetidos Lilián, Universindo, Camilo e Francesca.

Por esta forma, iremos observar que, para chegar a conclusão final do relatório, o deputado arenista partiu de uma série de concepções que influenciam diretamente o coletivo enquanto ocupante da função de representante político. Dentro desta posição, o poder de propagar ideias controversas, bem como de contribuir para fortalecer diversas outras é mais amplo. Nesse contexto, pelo quadro ditatorial, havia uma forte presença de uma narrativa que caminhava diretamente na contramão da democracia.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://acervomemorial.al.rs.gov.br/index.php/memorial-do-legislativo-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

Assim sendo, busca-se explorar no relatório final de Lima em qual medida esteve presente em seu discurso formas de violação aos direitos humanos. Dessa forma, devido ao contexto ditatorial, de modo produziu-se uma manifestação de uma sutil inclinação ao anticomunismo representativo da época para julgar o caso.

Em resumo, o primeiro relatório de conclusão da CPI, enquanto fonte de análise desta pesquisa, colabora para os debates acerca das especificidades que abrangem a ordem de um discurso e como ele se associa a um sistema de poder. O referencial teórico desta pesquisa tem como base estudos foucaultianos, destacando-se especialmente seus conceitos de discurso, poder e os procedimentos de controle do discurso. Com base nesta óptica, pretende-se compreender, sobretudo, as sutilezas ideológicas anticomunistas no discurso utilizado pelo deputado relator Jarbas Lima. Visto que, para Foucault:

O poder não está, substancialmente, identificado a um indivíduo que o possuiria e o exerceria desde sua origem; ele torna-se um maquinário do qual ninguém é titular. Certamente, nessa máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; certos lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De sorte que podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder da força individual.<sup>14</sup>

Ou seja, como justificativa para a perseguição política arbitrária contra opositores políticos, surgiram ferramentas de legitimação estatal para a violência, destacando-se o controle de relações de poder e a produção da verdade com impactos significativos no político, na mentalidade e no discurso.

Consoante com esta ideia, busca-se no relatório representações das relações de poder na ditadura. Assim como a cultura e os pontos de vista políticos da época que contribuíram para a prisão, tortura e desaparecimento político de diferentes cidadãos, brasileiros ou não, e não somente de Lilián e Universindo. Em outras palavras, a legitimação estatal para a violação de direitos humanos.

Segundo levantamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cerca de 475 casos foram contabilizados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura civil-militar brasileira<sup>15</sup>. Ademais, de acordo com levantamento realizado pelo projeto *Voz Humana*, arquivo digital sonoro de presos políticos julgados pelo STM, declarações secretas de militares confirmam o discernimento interno acerca da prática consciente de violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro durante a repressão<sup>16</sup>. Dessa forma, quem ocupava posições de poder como Jarbas

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Edições Graal: Rio de Janeiro. 2008. p. 219.

<sup>15</sup> COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://vozhumana.com.br/a-ditadura-militar/>.

Lima, que são os mesmos que possuíam direito ao discurso, usavam-no anti-democraticamente.

Nesta esteira, utilizar-se-á aqui a obra *A Ordem do Discurso*<sup>17</sup>, como proposta de partida às reflexões formuladas por Michel Foucault, sobretudo no que se refere ao seu dispositivo minucioso de análise da manifestação de domínio discursivo.

A par disso, busca-se explorar como a linguagem foi fortemente usada como ferramenta política e social para a manutenção do poder e instrumento de controle, a partir da observação do caráter ideológico de discursos presentes no contexto ditatorial brasileiro. Melhor dizendo, a expressão da interdependência entre o juízo político presente nas falas de Jarbas Lima e o imaginário anticomunista expressivo do Brasil ditatorial, baseado na premissa do discurso, por si só, ser fruto de um imaginário político e social, bem como também formador do discurso.

Isso posto, embora houvesse a presença de inúmeras provas, o deputado optou por desqualificar tanto os indícios quanto o contexto de sequestro. Dessa forma, levando em consideração a propagação do anticomunismo que foi alicerce da ditadura civil-militar brasileira, busca-se relacionar o discurso de Jarbas com a violenta perseguição a qualquer cidadão que, ao menor sinal do que se entendia por subversão, era imediatamente taxado como inimigo nacional, isto é, um comunista. Como aborda Rodrigo Patto Sá Motta:

Em que pese as singularidades notadas nas diferentes conjunturas, os comunistas foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos, etc. Nas versões mais extremadas, eles foram apresentados como parceiros do próprio diabo.<sup>18</sup>

Com a imagem do comunista como subversivo já estabelecida na época, há uma certa lógica por trás do menosprezo pelos réus, assim como o uso do viés político-ideológico presente no relatório de julgamento. A análise do imaginário anticomunismo de Motta juntamente com o estudo da teoria da "Ordem do Discurso" de Foucault busca compreender como o discurso anticomunista foi construído no Brasil e como o poder e a ideologia se manifestam nas práticas discursivas.

Nesta monografia, exploraremos a análise de Foucault sobre a relação entre poder e discurso, e como ela se relaciona ao estudo de "Em Guarda Contra o Perigo Vermelho", de Motta, a partir do caso sequestro dos uruguaios. Em síntese, investigaremos como as

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

<sup>18</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

estratégias discursivas de Jarbas Lima durante a CPI pode se embasar em reflexões de Foucault, examinando como quem domina o discurso domina os outros mecanismos de poder social, baseado em mecanismos “de imposição daquilo que se considera o ‘verdadeiro’ e fora dele estarão todos os discursos dissonantes”<sup>19</sup>, a partir de procedimentos externos de articulação<sup>20</sup>. Ao fazer isso, procuraremos compreender como o pensamento foucaultiano pode lançar luz sobre o estudo histórico e político de períodos de repressão e autoritarismo, como a ditadura no Brasil.

Visa-se também explorar a historicidade das divergências de discurso entre os deputados do ARENA e do MDB diante da análise do caso. Contudo, o presente volume do processo de investigação do sequestro presente no Memorial do Legislativo do RS é vasto. Desse modo, optou-se somente pelo foco na análise do discurso na conclusão do Dep. Jarbas Lima (ARENA), bem como outras nuances do processo, como o relatório final produzido pelo Dep. Ivo Mainardi (MDB), que, posteriormente, foi escolhido como novo relator, que concluiu por outro entendimento<sup>21</sup>.

Algumas ressalvas, todavia, são necessárias antes de dar início à apresentação da pesquisa: a investigação completa do caso não é o foco principal deste trabalho, em vista disso, convém entender especificamente as conclusões e como o discurso aplicado pelo Estado compõe o papel fundamental de controlar as relações de poder e a produção da verdade dentro de uma estrutura democrática.

Para isto, iremos nos inspirar na perspectiva de Foucault acerca do direito privilegiado de quem pode falar e o que pode falar, visto que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar”.<sup>22</sup>

Para explorar a linha de pensamento aplicada na pesquisa, este trabalho será organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos como se deu o sequestro de Lilián e Universindo, a formação da CPI e análise do relatório dos dois pareceres. No segundo capítulo dedicamos espaços à análise da fonte, demonstrando os procedimentos adotados para sua observação. Assim como as principais ações e contribuições históricas que

---

<sup>19</sup> COSTA, A. DE C.; FONSECA-SILVA, M. DA C. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de "A ordem do discurso", de Michel Foucault. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 161, pp. 49-56, 2014.

<sup>20</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*, op.cit., p.10

<sup>21</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Processo nº 665. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai, de Lilian Celiberti Casariogo, seus filhos menores Camilo e Francesca, e de Universindo Diaz*, folha 539, 1979.

<sup>22</sup> Foucault, Michel. *Ordem do discurso*, op. cit.,

influenciaram o entendimento final do parecer e os efeitos dessas influências para a violação legitimada dos direitos humanos pelo Estado.

Ao longo desses dois capítulos a análise foucaultiana buscará, por meio de metodologias pautadas na Nova História Política, compreender os interesses individuais de um representante do poder do Estado brasileiro ao elaborar um processo oficial de desqualificar vítimas da opressão e por derradeiro analisar quem são os sujeitos que se beneficiam com as táticas argumentativas utilizadas pelo governo, utilizando o prisma do anticomunismo analisado por Rodrigo Patto Sá Motta.

## CAPÍTULO 1. O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS E AS RELAÇÕES TRANSNACIONAIS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

### 1.1. Entre as asas da Condor

(...) a existência de limites territoriais que expressavam a jurisdição da soberania nacional deixava de ser uma barreira para efetuar o combate ao comunismo e à subversão, mesmo que o inimigo estivesse fora do território nacional.<sup>23</sup>

Lilián, uma professora uruguaia de 29 anos com dois filhos, vivia em Porto Alegre. Seu companheiro, Universindo Rodríguez Díaz, de 27 anos e estudante de medicina, também era uruguaio. Juntos, moravam na capital gaúcha com os filhos de Lilián, Camilo e Francesca, alunos do colégio infantil *Cisne Branco*. Ambas as crianças, à época com 8 e 3 anos respectivamente, repentinamente abandonaram a escola e colegas, assim como o casal de uruguaio também desapareceu, após a família entrar na mira de uma forte rede de terrorismo de Estado praticada em escala internacional<sup>24</sup>.

Na segunda metade do século XX, uma considerável parcela dos países latino-americanos encontrava-se submetida a ditaduras de Segurança Nacional<sup>25</sup>. Para entender como Lilián e Universindo chegaram ao território brasileiro, bem como para a compreensão da dinâmica entre os governos brasileiro e uruguaio na repressão, torna-se imperativo contextualizar a conjuntura política predominante na América Latina ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. A análise do contexto político revela-se essencial para uma compreensão abrangente da esquematização do sequestro e suas implicações na década final da ditadura civil-militar brasileira.

Na segunda metade do século XX, a América Latina como um todo enfrentava endividamento externo e crescente desigualdade social. Negro e Silva (2003), ao abordarem especificamente o trabalhismo latino-americano entre 1945 e 1964, ilustram um panorama

<sup>23</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaio nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit.,

<sup>24</sup> REIS, 2012, p. 124, *apud* CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O seqüestro dos uruguaio*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

<sup>25</sup> Onde se lê “**Ditadura Militar**”, leia-se também “**Ditadura Civil-Militar**”. Tal escolha de nomenclatura visa evitar a repetição ao longo do trabalho, buscando uniformidade textual, e, portanto, os dois termos são empregados de maneira intercavalável nesta pesquisa. Usamos como base o fato de que “diversas pesquisas acadêmicas têm procurado ressaltar que a ditadura brasileira não pode ser interpretada como um movimento imposto por poucos vilões militares ou por um Estado que se sobrepôs à sociedade civil, enquanto esta assistia passivamente a esse movimento ou somente reagia a ele, mas deve, antes, ser compreendida a partir destas múltiplas e complexas relações que se estabelecem entre setores que apoiaram e interagiram com o regime inaugurado em 1964.” PERLATTO, Fernando. “História, literatura e ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964.” *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 30, no. 62, pp. 721-740, 2017.

geral de como se mostrava presente uma certa preocupação norte-mericana com o “despertar social” de latinos, especialmente brasileiros, dado o crescente aumento de mobilizações sociais no continente. A insatisfação social interna, que buscava desde melhorias democráticas a reforma agrária, criou um ambiente propício para o crescimento de ideais comunistas e de esquerda, despertando posturas conservadoras e anti-revolucionárias disseminadas nacionalmente.

O engajamento dos Estados Unidos na contenção do comunismo originou-se como uma decorrência direta do confronto ideológico incitado pela Guerra Fria. O antagonismo com a União Soviética resultou em uma iniciativa norte-americana para disseminar princípios nacionalistas<sup>26</sup>, aos demais países do continente americano, promovendo uma agitação ideológica em escala continental. Isso, por sua vez, estimulou uma articulação diplomática sólida entre os Estados Unidos e as lideranças militares das ditaduras latino-americanas.

De acordo com Quadrat, foi nesse período pós-Segunda Guerra Mundial e auge da Guerra Fria que as Forças Armadas na América Latina abandonaram seu caráter predominantemente nacional, assumindo uma postura internacionalista voltada ao combate da "subversão"<sup>27</sup>. Isto é, houve uma espécie de desapego acerca de questões políticas exclusivamente internas para o envolvimento em ações e alianças que visavam interesses e conflitos em uma escala global, com as Forças Armadas passando a desempenhar papéis ativos em contextos internacionais em nome de um mesmo inimigo em comum, o avanço da esquerda. Em consequência, a sociedade civil latino-americana sofreu com a instabilidade política e econômica gerada pelas ditaduras militares, que ativamente violavam os direitos humanos e reprimiam a oposição.

Padrós<sup>28</sup> destaca que a polarização política influenciou profundamente as políticas dos Estados Unidos e da União Soviética, moldando também o cenário global. O governo norte-americano, temendo a propagação de ideias revolucionárias na América Latina, via a região tanto como uma aliada quanto como um perigo ideológico, especialmente após o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Conforme apontado por Sá Motta<sup>29</sup>, a prática comum consistia na padronização indiscriminada do rótulo de comunista, aplicando-o a indivíduos com inclinações políticas de esquerda, abrangendo anarquistas, trabalhistas, moderados,

---

<sup>26</sup> GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*. Vol. 10. No. 12, 2014.

<sup>27</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, pp.19-41, 2012.

<sup>28</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon*. Porto Alegre. Vol. 23, n. 47, 2009.

<sup>29</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "A" indústria" do anticomunismo." *Anos 90* 9.15 (2001).

liberais, entre outros. Essa generalização refletia a estratégia da ditadura militar de rotular todo o tipo de forma de oposição como uma ameaça comunista, contribuindo para a estigmatização e perseguição sistemática de qualquer manifestação de resistência política, para a manutenção do poder.

Para contextualizar a interferência política dos EUA, Pecequilo<sup>30</sup> explica que a política externa dos Estados Unidos passou por diversas fases ao longo de sua história. Desde a independência (1776) até o século XIX, as relações diplomáticas estadunidenses caracterizavam-se pelo isolacionismo e pelo unilateralismo. No entanto, decisões estratégicas, como a I Conferência Pan-Americana em 1889, integrante de uma série de encontros que reuniam delegados, ministros de relações exteriores e presidentes nacionais das Américas, ocorreram entre 1889 e 1954, pautadas pelos ideais e princípios do pan-americanismo<sup>31</sup>. Estas decisões marcaram uma transição, fortalecendo a expansão norte-americana sobre os países do hemisfério sul e revelavam o interesse dos Estados Unidos em estender sua influência sobre o restante do continente americano, buscando ampliar e consolidar sua supremacia mundial<sup>32</sup>.

Sob essa influência, em 31 de março de 1964, uma rebelião liderada por Olympio de Mourão desencadeou um golpe de Estado, impondo um modelo de governo antidemocrático à população brasileira, marcando oficialmente o início de uma ditadura civil-militar que perdurou por mais de duas décadas. As Forças Armadas do Brasil assumiram o controle político do país, alegando a intervenção como a única maneira de conter uma suposta ameaça comunista. Essa ação obteve apoio de uma parte da sociedade civil, resultando na destituição do presidente João Goulart. Em 9 de abril de 1964, foi outorgado o Ato Institucional nº 1, concedendo amplos poderes ao Presidente da República, na época o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com Bechara e Rodrigues<sup>33</sup>, a ditadura militar brasileira, que perdurou por 21 anos, se diferenciou de ditaduras latino-americanas ao utilizar os Atos Institucionais para legislar pelas Forças Armadas, mantendo uma fachada de legalidade. Consequentemente, tais atos retiraram o poder de legislar do Legislativo, transferindo-o ao

---

<sup>30</sup> PECEQUILO, C. S.: *A Política Externa dos Estados Unidos – continuidade ou mudança*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2010.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, R. G. Operação condor: o terrorismo de estado no cone sul e o papel hegemônico dos estados unidos. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, [S. l.], v. 1, n. 1, pp. 30–52, 2013. PADRÓS, Henrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, V.38, N.1, 2012.

<sup>32</sup> PECEQUILO, C. S.: *A Política Externa dos Estados Unidos – continuidade ou mudança*, op.cit.,

<sup>33</sup> BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. *Revista Justiça do Direito*. Passo Fundo. UPF/RS. v.29, n.3, p. 587-605, 2015

presidente da República, promovendo o fortalecimento do Executivo e a consequente redução da influência dos demais poderes.

Já no Uruguai, segunda parte da delimitação espacial desta pesquisa, a ditadura foi instituída por meio de um golpe militar em 1973, conduzido pelo presidente Juan María Bordaberry com o apoio das Forças Armadas. A tomada de poder resultou em 12 anos de governo sem participação popular, marcados pela dissolução do Parlamento e a criação de um Conselho de Estado após a ocupação militar do Palácio Legislativo e dos meios de comunicação. De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente da Presidência da República, durante a ditadura militar uruguaia, 196 cidadãos desapareceram e 202 foram assassinados com apoio do Estado<sup>34</sup>. Em nenhum momento anterior, os cidadãos uruguaios haviam vivido tão observados, vigiados e controlados em todos os seus movimentos: seja nos bairros, nos centros de estudos, nos locais de trabalho, nos meios de transporte, em espaços públicos, nas igrejas ou mesmo nos hospitais<sup>35</sup>.

Com base em um discurso nacionalista, as ditaduras militares no Cone Sul compartilhavam uma estrutura similar apoiada em práticas como censura, monitoramento arbitrário, tortura sistemática, prisões ilegais, desaparecimentos e assassinatos políticos dirigidos à sociedade civil. Essas ditaduras, em maior ou menor medida, fundamentaram-se nos princípios da chamada Doutrina de Segurança Nacional. Conforme Montagna (1986)<sup>36</sup>. A DSN representou uma política estatal nascida na Escola Superior de Guerra para a repressão de "inimigos internos", abrangendo todos aqueles considerados adversários da nação ou ameaças à segurança, à manutenção da ordem interna e aos valores morais da sociedade.

Dessa forma, esses princípios levaram à criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Brasil. No país, a DSN foi concebida seguindo o modelo norte-americano da *National War College*<sup>37</sup>, visando a formação de oficiais para o alto comando das Forças Armadas no enfrentamento do que era considerado o "inimigo interno". Assim, a justificativa

---

<sup>34</sup> FOLTER, Regiane. Ditadura no Uruguai: do início ao fim. *Politize!*, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-no-uruguai/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

<sup>35</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. Tese de doutorado (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

<sup>36</sup> MONTAGNA, W. A doutrina da segurança nacional. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 6, 2012.

<sup>37</sup> Instituição de Ensino Universidade de Defesa Nacional norte-americana, fundada em 1949, que teve como propósito a sondagem e aperfeiçoamento da política externa dos EUA durante a Guerra Fria, através de programas de formação militar, criando uma doutrina própria a partir da ideia de segurança coletiva. FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Paraná, V.2, N. 4, pp. 831- 856, 2009. p. 836.

da proteção da segurança nacional foi utilizada como pretexto para a execução coordenada de ações de extermínio contra grupos e indivíduos politicamente opositores.

No âmbito dessa movimentação sigilosa internacional, originou-se, durante uma reunião de inteligência entre representantes das ditaduras militares do Cone Sul, respaldada politicamente pelos Estados Unidos, uma sofisticada aliança continental destinada ao combate repressivo contra o avanço do comunismo internacional, denominada Operação Condor. Segundo Cunha, o nome Condor foi escolhido em analogia à ave nativa da região da Cordilheira dos Andes, reconhecida como a maior ave de rapina do mundo, simbolizando, portanto, a imponência do pacto<sup>38</sup>.

Num estudo aprofundado sobre a Operação Condor o historiador uruguaio Enrique Serra Padrós, especialista em história da América Latina, o qual, de acordo com suas ponderações, afirma que a idealização da operação se fundamentou em três pilares principais, apuradamente demarcados:

(...) a vinculação histórica entre os setores dominantes locais e a dos países centrais; os interesses dos EUA na região e a sua ascendência doutrinária sobre os exércitos nacionais; a multiplicação de focos de contestação e a irrupção de governos de esquerda e de centro-esquerda e o consequente temor de uma *cubanização* da América Latina<sup>39</sup>.

Diante da articulação desses eventos, que se entrelaçam com a lógica de execução da aliança, torna-se evidente que o sequestro de Lilián e Universindo foi efetivado sob a jurisdição da Operação Condor. No entanto, a existência da Condor permaneceu oculta, sendo revelada somente posteriormente com a divulgação dos documentos da CIA durante o governo Clinton nos Estados Unidos (1993-2001)<sup>40</sup>, lançando luz sobre a dimensão internacional do episódio. Contrastando estas ideias, o historiador Carlos Fico<sup>41</sup> expressa dúvidas quanto a existência da "Operação Condor", assim como a participação do Brasil na aliança. Para o autor, não foi achado documentação suficiente que corrobore as suposições, bem como destacou a postura de superioridade dos generais brasileiros, o que, em sua visão, contradiz a ideia de submissão a um comando centralizado latino-americano. Fico considera a

---

<sup>38</sup> CUNHA, Maria J. C. A Operação Condor. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades*, Brasília, 2010. Disponível em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/390/685.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

<sup>39</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon. Porto Alegre*. Vol. 23, n. 47, 2009, p. 17.

<sup>40</sup> CENTENERA, M. Novos documentos revelam que os EUA conheciam o plano de golpe na Argentina em 1976. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/internacional/1481657626\\_461766.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/internacional/1481657626_461766.html)>.

<sup>41</sup> AREND, Silvia Maria Fávero; HAGEMeyer, Rafael Rosa; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 464–483, 2013.

discussão em torno da "Operação Condor" como nominalista e descarta-a como uma "tremenda bobagem", dado que os contatos entre os serviços de informações dos governos latino-americanos são anteriores à ditadura militar e continuam até hoje por meio de convênios públicos, demonstrando a falta de consenso historiográfico sobre a ação.

Já para De Souza<sup>42</sup> A extensão e a composição da Operação Condor, teve origem com Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional, órgão vinculado à polícia secreta da ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Segundo o autor, a Operação Condor passou por três estágios operacionais: primeiro, a criação de um banco de dados para a coleta de informações sobre o "inimigo" e o desenvolvimento de códigos para garantir a confidencialidade das mensagens; segundo, o estabelecimento de ações conjuntas entre os países membros, facilitando a detenção de indivíduos sem registro oficial de entrada e saída dos países, além de permitir o envio e trânsito livre de agentes de investigação entre as nações do grupo; terceiro, a criação de grupos de repressão capazes de combater opositores em qualquer lugar do mundo.

Assim, a Operação Condor emergiu como um tratado que, em escala continental, tornou-se responsável por numerosas transgressões aos direitos humanos, abrangendo sequestros, torturas, desaparecimentos e assassinatos de milhares de indivíduos<sup>43</sup>. Dessa forma, decorrente de todo esse cenário histórico, político e social, que um comando militar uruguaio, devidamente autorizado pelo Exército brasileiro juntamente com o consentimento e apoio do DOPS gaúcho, atravessou clandestinamente a fronteira do Rio Grande do Sul para perseguir a família. Este comando perpetrara o sequestro do casal e das duas crianças, conduzindo-os forçadamente de volta ao Uruguai visando, inclusive, dissociar a ditadura brasileira do referido caso, conforme destacado por Padrós (2018, p. 3).

Uma potencial exposição da participação do Brasil no sequestro, após a divulgação pública deste, compromete a reputação do país, uma vez que, até então, não havia sido verificada concretamente a atuação brasileira em nenhum caso específico relacionado à

---

<sup>42</sup> DE SOUZA, F. F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011. p. 165.

<sup>43</sup> O Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford (ODID), em colaboração com as organizações Sitios de Memória do Uruguai, Londres 38, Observatório Luz Ibarburu, entre outras entidades ativamente engajadas na luta pela memória, verdade, justiça e reparações no Cone Sul, criaram uma base de dados digital destinados a disponibilizar ao amplo público informações relevantes sobre a coordenação repressiva e os procedimentos judiciais relacionados aos crimes da Operação Condor. O portal reúne mapas com os locais que desempenharam um papel pertinente nas trajetórias de detenção e captura das vítimas da Condor, fichas informativas das vítimas, conteúdos audiovisuais, entre outras informações que contribuem para a divulgação e memória das vítimas. Disponível em <<https://plancondor.org/en/inter-american-court>>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

Operação Condor<sup>44</sup>. Atualmente, apesar de o governo brasileiro nunca ter oficialmente reconhecido sua participação na aliança através de meios oficiais, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), tornou-se o primeiro chefe de Estado a corroborar o envolvimento do país na entidade. De acordo com a fala do ex-presidente, a Operação Condor foi vista como um esforço necessário dos militares da época para impedir a ascensão do comunismo no país<sup>45</sup>. Tal afirmação endossa a observação de Reis (2015):

Passados mais de 37 anos, o Estado brasileiro ainda não pediu desculpas a Francesca e Camilo pelo fato de tê-los sequestrados - em vez de protegê-los - e de tê-los entregue a um esquadrão de agentes criminosos representantes de uma ditadura assassina.<sup>46</sup>

Apesar disto, Reis anteriormente abordou as evidências do sequestro dos uruguaios como um exemplo da atuação brasileira na Operação Condor. Segundo o autor, a prisão de dois civis estrangeiros pela ditadura não deve ser interpretada meramente como uma infração perpetrada por esferas mais superficiais do DOPS gaúcho. Pelo contrário, tratou-se de uma ação planejada por instituições nacionais superiores, isto é, esquematizado por meio do alto escalão de comando das Forças Armadas do Brasil em colaboração com autoridades militares uruguaias, estes últimos com uma experiência prévia de mais de 150 sequestros bem-sucedidos na Argentina<sup>47</sup>.

Assim, posteriormente, constatou-se que a ditadura brasileira estava profundamente inserida em toda a estrutura operacional da Condor, desde a participação subordinada do DOPS do Rio Grande do Sul até a esfera do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil, como afirmou Reis. Padrós, acrescenta ao debate ao confirmar que dentro do DOPS gaúcho a hierarquia de autoridade no comando era delineada pela liderança do delegado e chefe do DOPS de Porto Alegre, Pedro Seelig<sup>48</sup>, que inclusive era reconhecido como o profissional mais "eficiente" do órgão<sup>49</sup>. Além de Seelig, envolveram-se no caso dos uruguaios Orandir

<sup>44</sup> Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/cidadania/operacao-condor/galeria/videos/2012/10/Lilián-celiberti-minha-prisao-com-prometeria-o/>

<sup>45</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. Bolsonaro é o primeiro presidente brasileiro a admitir a Operação Condor. *Congresso em Foco*, 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/bolsonaro-e-o-primeiro-presidente-brasileiro-a-admitir-a-operacao-condor/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

<sup>46</sup> REIS, Ramiro. Tchau, Yano! A operação condor em Porto Alegre. Editora deriva, 2015. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00219014836f4e549cb33>. Acesso em: 27 nov. 2023.

<sup>47</sup> PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 3. Conexão repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009.

<sup>48</sup> Destaca-se que Seelig foi condecorado com medalha de Pacificador pelo Exército, após suas contribuições no DOPS em Porto Alegre. Bem como era conhecido como Fleury dos Pampas, referência ao torturador Sérgio Paranhos Fleury.

<sup>49</sup> PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*, op.cit.,

Portassi Lucas (o Didi Pedalada, famoso jogador de futebol que após se despedir dos campos, passou a trabalhar como escrivão de polícia), Janito Jorge dos Santos Keppler (Jorjão), e João Augusto da Rosa (Irno)<sup>50</sup>. Tais agentes públicos colaboraram ativamente de maneira conjunta "enquanto os comandos uruguaios se moviam com total desenvoltura em território brasileiro, após receberem garantias de colaboração e impunidade"<sup>51</sup>.

Lilián e Universindo viveram a juventude neste contexto marcado pela consolidação de golpes militares na América Latina. Ambos estavam associados ao *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) do Uruguai, erroneamente identificado pelas *Fuerzas Conjuntas*<sup>52</sup> como uma "vasta organização internacional marxista"<sup>53</sup>. Este, "pequeno, porém importante partido crítico e independente de esquerda"<sup>54</sup>, fundado em 26 de julho de 1975, possuía origem anarquista e buscava uma convergência entre perspectivas ideológicas relativamente distintas: o anarquismo e o marxismo<sup>55</sup>, compartilhando origens e antecedentes históricos com a *Federación Anarquista del Uruguay* (FAU), a *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE) e a *Organización Popular Revolucionaria* (OPR-33)<sup>56</sup>. Objetivando um esforço coeso de unificação política, a iniciativa do partido visava enfrentar as repressões políticas e sociais presentes no Uruguai ditatorial, onde a sociedade civil retornou à democracia somente em 1985.

Em consonância com a estratégia delineada pelo PVP, que buscava "estabelecer um núcleo de resistência à ditadura uruguaia a partir do exílio brasileiro"<sup>57</sup>, o Brasil emergiu como a opção de exílio mais viável para Lilián e Universindo. Dessa maneira, de forma voluntária, o casal integrava uma rede clandestina responsável por coletar informações sobre torturas nos cárceres uruguaios e transmiti-las a organismos defensores dos direitos humanos

<sup>50</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit., p. 88.

<sup>51</sup> SILVA, Marcio Antonio Both da; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana. *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM, 2016.

<sup>52</sup> Coordenação na luta anti-subversiva entre as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e a Polícia do Uruguai. Este órgão de coordenação foi central nas operações repressivas do terrorismo de Estado no país.

<sup>53</sup> REIS, Ramiro. "Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970." *Revista Digital Estudios Históricos*, Vol. 3, N. 11, 2010. p. 7.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> LARROBLA, Fabiana. O exílio combatente: a fundação do Partido para a Vitória do Povo (Uruguai) na Argentina. *XIV Conferência Interescolar/Departamental de História*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade Nacional de Cuyo, 2013.

<sup>56</sup> OPERATIVOS REPRESIVOS CONTRA EL PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO (PVP). p. 1. Disponível em: <https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/sites/secretaria-derechos-humanospasadorecien/files/documentos/publicaciones/Operativos%2Brepresivos%2Bcontra%2Bel%2BPVP.pdf>

<sup>57</sup> REIS, Ramiro. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. *Revista Digital de Estudios Históricos*, N. 3, 2010.

na Europa<sup>58</sup>. Segundo Reis (2012), impulsionados pelos sinais de uma incipiente abertura política, pela disseminação da campanha de anistia e pelas divergências de cenário em relação a outros países latino-americanos com ditaduras consolidadas, os dois foram viver em Porto Alegre com as crianças.

## 1.2. Do planejamento à execução do sequestro

Quanto às crianças, se não fosse a rápida intervenção da família, alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado "butim de guerra" desaparecimento, supressão de identidade, apropriação do corpo e da vida, como ocorreu com centenas de crianças no Rio da Prata. As crianças foram entregues aos avós, mas, durante treze dias, estiveram sequestradas no Brasil e no Uruguai, e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, é importante reafirmar que durante esse tempo, Francesca, de três anos, e Camilo, de sete, viveram a condição de detidos desaparecidos<sup>59</sup>.

Em 17 de novembro de 1978, uma denúncia anônima foi feita ao jornalista brasileiro Luiz Cláudio Cunha, da revista *Veja* e ao fotógrafo João Baptista Scalco, da revista *Placar*. Por meio de uma ligação cuja autoria permanecia até então desconhecida, o caso do sequestro dos uruguaios foi trazido à tona, desencadeando uma veemente reação de indignação da opinião pública nacional e conseqüentemente constrangimento dos países envolvidos.

Conforme descrito no livro-reportagem posteriormente lançado por Cunha (2008), em um cenário no qual toda a atenção da imprensa estava concentrada na cobertura das eleições para o Congresso Nacional, marcadas para o dia 15 de novembro de 1978, agentes militares brasileiros e uruguaios perpetraram o sequestro da família em 12 de novembro do mesmo ano. Nesse contexto, a ação criminosa foi executada com precisão, transferindo os envolvidos para o Palácio da Polícia, onde o casal foi submetido a intensas sessões de tortura. Após a detenção, que se prolongou por algumas horas, Lilián, Universindo e as crianças foram conduzidos até a fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

A cobertura jornalística subsequente após a averiguação de Cunha e Scalco, realizada por meio de uma série de reportagens da revista *Veja*<sup>60</sup>, não apenas ampliou a visibilidade do caso, mas também desempenhou um papel crucial na prevenção do desaparecimento dos sequestrados. A repercussão nacional e internacional compeliu a ditadura uruguaia a manter

<sup>58</sup> Comissão Nacional da Verdade. Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_pagina\\_83\\_a\\_274.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2023.

<sup>59</sup> PADRÓS, Enrique Serra, et al. A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985), op.cit.,.

<sup>60</sup> Para conferir a série de reportagens da *Veja* sobre o caso: SPERB, P.; BOFF, F. O jornalismo de *Veja* na cobertura do sequestro dos uruguaios, 1978-1980. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, [S. l.], v. 21, n. 45, 2022.

Lilián e Universindo vivos, uma circunstância única em comparação com outros milhares de vítimas da Operação Condor<sup>61</sup>.

Imediatamente após a publicação da edição nº 534 da *Veja*, datada de 29 de novembro de 1978, que continha a primeira denúncia de Cunha sobre o caso, a divulgação não apenas evidenciou a brutalidade transnacional da operação, como também desempenhou um papel fundamental na salvaguarda das vítimas. Paralelamente às denúncias da operação, o caso destacou o impacto positivo e indispensável da atuação da imprensa na exposição de violações aos direitos humanos.

Como afirma Padrós (2010), com a exposição do sequestro, descobriu-se que este fazia parte de um plano da *Compañía de Contra Informaciones* do Exército do Uruguai, parte integrante da *Operación Zapato Roto*, ação interna uruguaia relacionada à Operação Condor. De acordo com a pesquisa de Reis (2012), o cerne da estratégia da *Zapato Roto* revelava-se na apreensão do secretário-geral do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), organização política que Lilián e Universindo eram membros. O secretário-geral procurado seria o professor Hugo Cores, cujo trabalho, à época em São Paulo, consistia na denúncia das violações dos direitos humanos no Uruguai, assim como na assistência aos perseguidos políticos em busca de refúgio. Os militares planejavam usar casal para atrair Cores o qual, após ser informado de maneira codificada por Lilián da captura, ligou anonimamente para sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, onde atendeu Cunha, e realizou uma denúncia sobre o desaparecimento do casal de uruguaios<sup>62</sup>.

A mensagem codificada foi enviada após Lilián, em um ato de resistência durante o sequestro, pedir que os agentes entregassem seus filhos aos avós e em contrapartida, argumentar que havia um encontro marcado com uma pessoa de relevância do PVP, o qual supostamente ocorreria em seu apartamento em Porto Alegre. Desse modo, planejou simular uma emboscada que poderia resultar na captura de mais militantes, visto que “se entrassem no Uruguai, os agentes poderiam assassiná-los sem deixar vestígios<sup>63</sup>. Contudo o plano falhou parcialmente, pois Camilo e Francesca seguiram para a capital uruguaia juntos com Universindo e os agentes enquanto Lilián foi levada de volta ao apartamento, torturada e mantida refém para atrair mais companheiros do PVP. Apesar da perseguição e tortura sofrida

---

<sup>61</sup> O número exato de vítimas da Operação Condor é impreciso, mas algumas estimativas da base de dados da Oxford indicam pelo menos 805 perseguidos.

<sup>62</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

<sup>63</sup> GARCIA, Pedro; CORREIA, Eloísa. ESPECIAL | Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor. *Jornal de Candelária*, 2020. Disponível em: <<https://jornaldecandelaria.com.br/destaques/especial-elenira-severino-uma-vitima-esquecida-da-operacao-condor/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

em dois países distintos, Lilián e Universindo resistiram veementemente à revelação de informações sobre seus colegas de partido Reis<sup>64</sup>. Este fato, que reflete não apenas uma resistência individual, mas também a resiliência coletiva pela democracia, ilustra a narrativa histórica da resistência política latino americana perante as ditaduras do século XX.

Levada de volta ao seu apartamento em Porto Alegre, Lilián habilmente alertou um aliado em Paris sobre o sequestro, a partir de uma mensagem codificada por telefone. Este aliado, como visto, era Hugo Cores, alvo principal dos agentes, que prontamente, sem se identificar, acionou os dois renomados jornalistas. A intervenção da mídia, personificada por Cunha e Scalco, comprometeu o sigilo da Operação Condor, ocasionando lentamente o desmantelamento da operação de sequestro após os agentes perceberem que Cunha e Scalco não eram membros da PVP e sim da imprensa<sup>65</sup>.

Em 17 de novembro de 1978, Cunha e Scalco se dirigiram até o apartamento da família, para checar as informações do telefone:

Ao dizer que o motivo daquela “visita” era uma verificação de um telefonema anônimo de São Paulo, a porta foi aberta bruscamente, e dois homens armados apontaram-lhes pistolas, enquanto Celiberti era retirada da sala para um quarto. Os agentes do DOPS que apontavam as armas eram, respectivamente, *Irno* e *Didi Pedalada*<sup>66</sup>.

A descoberta expôs a ausência de familiaridade dos repressores uruguaios com a presença da imprensa em suas operações e a falta de conhecimento dos repressores brasileiros sobre a presença prévia de Camilo e Francesca. Estes fatos somados à inexistência de um protocolo brasileiro para sequestro de crianças<sup>67</sup>, tornou-se evidente a desarticulação no planejamento da operação. Tais eventos inesperados, nunca antes ocorridos na operação, desencadearam a deterioração da situação, sublinhando a violência e excesso que permearam a execução do sequestro.

No mesmo dia da visita de Cunha e Scalco ao apartamento, Lilián foi conduzida ao Uruguai, e após oito dias, as Forças Armadas uruguaias anunciaram que ela e Universindo estavam detidos em Montevideu<sup>68</sup>, especificamente no centro de torturas do 13º Batalhão de Infantaria, conhecido como *El Inferno*<sup>69</sup>. A acusação que recaiu sobre ambos se referia à

---

<sup>64</sup> REIS, Ramiro. "Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguia em Porto Alegre no final da década de 1970, op. cit.,

<sup>65</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O seqüestro dos uruguaios*, op. cit.,

<sup>66</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o seqüestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit.,

<sup>67</sup> PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*, op. cit.,

<sup>68</sup> GARCIA, Pedro; CORREIA, Eloísa. ESPECIAL | Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor, op. cit.,

<sup>69</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O seqüestro dos uruguaios*, op. cit., p. 273.

suposta responsabilidade por uma invasão fictícia ao Uruguai, formalmente emitida pela Oficina de Imprensa das *Fuerzas Conjuntas* do Uruguai em 25 de novembro de 1978<sup>70</sup>. Essa versão, comprovadamente falsa, foi elaborada com o intuito de abafar os detalhes da Operação Condor, nomeada posteriormente como “A Farsa de Bagé”<sup>71</sup>. Mesmo diante da sobrevivência de Lilián e Universindo ao sequestro no Brasil, ambos foram sentenciados pela ditadura uruguaia a cinco anos de prisão, que durou de 6 de dezembro de 1978 a 19 de novembro de 1983<sup>72</sup>.

Consoante à tese de Reis (2012), a revelação do sequestro não apenas elucidou a extensão geográfica da Operação Condor, mas também evidenciou o grau de impunidade com que os comandos operativos de um país atuavam no interior um do outro. Essa exposição destacou a precariedade da segurança das vítimas e potenciais vítimas, face à total ausência de proteção do Estado ao qual estavam legalmente vinculadas. Além disso, a descoberta apontou o profundo envolvimento de toda a estrutura de poder, tanto militar quanto civil, expondo a notória sintonia entre as Forças Armadas dos países envolvidos, com especial destaque para a atuação no Brasil, onde a Polícia Federal, o SNI e o Exército desempenharam papéis significativos. Destacando a “farsa de Bagé” que, por último, evidenciou o intrincado encobrimento da conexão repressiva regional.

### 1.3. A instauração da CPI de investigação do caso

Os constituintes de 1934 previram, pela primeira vez no texto da Carta Magna, a figura das comissões parlamentares de inquérito. A partir daí as CPIs ganharam *status* jurídico. Com exceção da Polaca, a Constituição de 1937 do Estado Novo, todas as outras Constituições brasileiras contemplaram o direito dos deputados e senadores de criarem comissões parlamentares de inquérito para investigar fato determinado.<sup>73</sup>

A Constituição brasileira de 1946, que esteve em vigor até o golpe militar de 1964, consagrava o princípio da igualdade perante a lei e assegurava que “por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos”<sup>74</sup>. No entanto, as disposições constitucionais foram suspensas durante a ditadura militar, que passou

<sup>70</sup> Idem, Processo N<sup>o</sup> 665; CPI – Sequestro dos uruguaiois, folha 531. 1979

<sup>71</sup> De acordo com REIS (op. cit., 2012, p. 104), a “farsa de Bagé”, um dos episódios mais emblemáticos da Operação Condor, se refere ao momento em que os militares uruguaiois que realizaram o sequestro tentaram justificar, por meios oficiais, a ação alegando que Lilián e Universindo haviam entrado no Uruguai ilegalmente com armas e documentos subversivos, versão posteriormente desmentida pelas investigações.

<sup>72</sup> REIS, Ramiro José dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaiois Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). *Antíteses*, Vol. 2, N. 4, pp. 915-935, 2009.

<sup>73</sup> NINA, Carlos Homero Vieira. Comissão parlamentar de inquérito nas constituições brasileiras. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a 42, N. 166, 2005. p. 367.

<sup>74</sup> BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (18 de Setembro de 1946).

a utilizar tribunais militares para julgar civis. A Carta de 1967, outorgada durante a ditadura militar, restringiu o direito de greve e ampliou a jurisdição militar, conferindo foro castrense a civis nos casos de crimes contra a segurança nacional, incorporando a legislação presente no Ato Institucional nº 2<sup>75</sup>.

Consequentemente à fundamentação desses fatos, partindo da máxima "Não houve prova de delito, logo não há autoria,"<sup>76</sup> e seguindo o raciocínio de que "Quem nada pode provar é como quem nada tem; aquilo que não é provado é como se não existisse, não poder ser provado ou não existir é a mesma coisa," o deputado relator Jarbas Lima, filiado ao partido ARENA, concluiu o relatório final da CPI que investigava o sequestro da família de uruguaios, composta pela professora Lilián Celiberti Casariego, seus filhos Camilo (8 anos) e Francesca (3 anos), e seu companheiro, o estudante de medicina Universindo Rodríguez Díaz. Dessa forma, o parlamentar procurou minimizar a culpabilidade do Estado brasileiro, especialmente no que tange a esfera estadual.

A CPI foi instaurada em 23 de março de 1979 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sediada no Palácio Farroupilha, na Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre (RS) e surgiu como resposta à ampla repercussão nacional do caso. A pressão convergente de setores da imprensa investigativa, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) gaúcho, juntamente com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras organizações populares<sup>77</sup>, foi fundamental para a iniciativa de averiguar a potencial participação do estado brasileiro no caso. Essa mobilização coletiva não apenas impediu a possível consumação do desaparecimento do casal, mas também mitigou as incertezas quanto ao futuro dos menores envolvidos.

Com a repercussão do sequestro, a seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil se envolveu no caso por meio de ações do advogado Omar Ferri e de Jair Krischke, fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Omar Ferri, destacando-se como jurista atuante no campo dos direitos humanos, passou a representar juridicamente os uruguaios e sua pressão para a instauração da CPI foi motivado por frustração em não poder prestar assistência jurídica a Lilián e Universindo, seus clientes, devido às restrições de contato com ambos<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1967.

<sup>76</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai...*, op cit., folhas 649, 650 e 651.

<sup>77</sup> VÍCTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Editora Semente, 1980. pp. 10 - 14.

<sup>78</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai...*, op cit., folha 531.

O contexto em que a CPI se insere é marcado pelo início da “abertura lenta, gradual e segura” e das campanhas de anistia, período de transição política no Brasil, caracterizado pelo término da ditadura militar e pelo início do processo de redemocratização do país. De acordo com Fico (2010):

Foi durante o mandato de Geisel e no contexto da “abertura” que surgiu a campanha pela anistia. Em 1975, foi criado o “Movimento Feminino pela Anistia”. Em 1977, com a eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país, a campanha ganhou maior fôlego: realizaram-se os “Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia” e formaram-se os “Comitês Primeiro de Maio pela Anistia”, que teriam duração efêmera. Finalmente, em 1978, formou-se o “Comitê Brasileiro pela Anistia”, lançado no Rio de Janeiro com o apoio do general Pery Bevilacqua, punido pelo AI 5 em 1969.<sup>79</sup>

Deste modo, a comissão de investigação desempenhou um papel crucial no contexto político e legislativo gaúcho da época. Em suma, as Comissões Parlamentares de Inquérito, além de legislar, são incumbidas da função essencial de fiscalizar a administração pública, como previsto nas atribuições específicas do Poder Legislativo<sup>80</sup>. Sediada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), essa comissão se destaca historicamente, como mencionado, por ser a primeira no país a investigar o aparato repressivo em plena vigência da ditadura.

A Comissão foi instaurada a partir da petição dos 26 deputados integrantes do MDB, sendo acompanhada da indicação dos representantes para a bancada, entre os quais estavam Nivaldo Soares, Ivo Mainardi, Carlos Augusto de Souza, e Romildo Bolzan (Vice-presidente da CPI)<sup>81</sup>. Iniciada em março de 1979, o colegiado foi presidido por Carlos Giacomazzi (MDB) e contou com membros como Nivaldo Soares (presidente da CPI), Romeu Martinelli, Cícero Viana, e Jarbas Lima (Relator) pela ARENA, partido que detinha o maior número de integrantes na bancada parlamentar. Este, por sua vez, sendo relator do caso, adotou uma postura contrária diante da instauração da CPI caracterizada por “facções políticas”, limitando-se a acusar a CPI de falta de finalidade e a Ordem dos Advogados de desvio de suas funções, conforme registrado na obra do advogado dos uruguaios Omar Ferri em seu livro *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*<sup>82</sup>.

<sup>79</sup> Fico, Carlos. “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”.” Revista anistia política e justiça de transição 4 (2010): 318-332. p. 319.

<sup>80</sup> SENADO FEDERAL. CPI: *O que é e como funciona uma comissão parlamentar de inquérito*. 14 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/releases/comissao-parlamentar-de-inquerito-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

<sup>81</sup> FERRI, Omar. *Sequestro no cone sul: o caso Lilián e Universindo*. Vol. 1. Mercado Aberto, 1981. p. 120.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

Além dos nomes citados, o cenário das sessões foi marcado pela presença de notáveis figuras como o advogado Marcus Melzer, vice-presidente da OAB-RS; o Dr. Luigi Saraceni e juiz do Fórum de Roma<sup>83</sup>. Esta diversidade de participantes refletia o engajamento de diferentes setores da sociedade, incluindo representantes da imprensa, do Estado e de outras unidades da Federação, destacando a amplitude e a relevância desta investigação nos momentos finais da ditadura civil-militar brasileira.

Para uma compreensão mais abrangente da conjuntura parlamentar, é importante retomar que durante o contexto brasileiro pós 1964, a participação política legal estava rigidamente restringida a somente dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Enquanto a ARENA, mais alinhada ao governo, reunia políticos de orientação conservadora, o MDB representava a restrita voz da oposição, abrangendo membros da esquerda, do antigo PTB e da ala mais progressista do PSD<sup>84</sup>. O Ato Complementar nº 4 (ACP-4) determinou que essas novas agremiações deveriam contar com no mínimo 120 deputados e 20 senadores, limitando estritamente a existência partidária a duas agremiações, dadas as 350 cadeiras de deputados no país e 46 no senado<sup>85</sup>. A ARENA mantinha domínio tanto no Congresso quanto no Senado, enquanto o MDB, numericamente inferior, contava com apenas 12 representantes. Nesse contexto, membros de partidos ilegais, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), utilizaram o MDB como meio de expressar protesto institucional contra o regime<sup>86</sup>.

Conforme Oliveira<sup>87</sup>, o propósito primordial de CPI não é natural a governos antidemocráticos, embora "só sejam utilizadas de acordo com os interesses e conveniências de seus mandatários". Contudo, ao longo de 90 dias de atividade, a CPI revelou-se um cenário propício para conflitos de natureza político-ideológica, travados entre as perspectivas antagônicas da ARENA e do MDB. Este embate, marcado por divergências profundas, não

---

<sup>83</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai..., op cit., folha 558.

<sup>84</sup> BRAGA, Diego Garcia. "Nas "Quebradas do Inhanduí", gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1966–1979).", 2016, pp. 43.

<sup>85</sup> BRASIL. Ato Complementar nº4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-004-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm) Acesso em: 19 de novembro de 2023.

<sup>86</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Apenas dois partidos no regime militar* - Notícias. 01 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/90158-apenas-dois-partidos-no-regime-militar/#comentario> >. Acesso em: 10 nov. 2023.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Wellington. *Abuso de poder nas comissões parlamentares de inquérito*. 2007. Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público, 2012. p. 7.

apenas revelou as tensões inerentes ao sistema político da época, mas também suscitou questionamentos sobre a eficácia e imparcialidade desses mecanismos investigativos em contextos politicamente polarizados.

#### 1.4. A apresentação do relatório final da CPI como objeto de análise

A bancada da ARENA (...) estava disposta a obstruir a apuração dos fatos, o que ficou evidenciado logo na ata de instalação da CPI, quando o deputado Cícero do Amaral Viana, da ARENA, requereu que a mesma não utilizasse o termo “sequestro,” e sim “remoção coativa”, demonstração do que seria o papel da situação na CPI.<sup>88</sup>

“É tudo palhaçada e politicagem. Polícia não sequestra!”, declarou Amaral Viana, deputado da ARENA, ex-delegado, ex-chefe de polícia e membro da CPI<sup>89</sup>. Por sua vez, Romeu Martinelli, vice-líder da ARENA e também integrante da CPI, enfatizou: “É preciso investigar também os antecedentes de Lilián e Universindo. O caso deve ser examinado em toda a sua profundidade, doa a quem doer.”<sup>90</sup> Essa convergência de discursos entre dois membros do mesmo partido, revela uma tendência compartilhada entre a bancada arenista da CPI em subestimar a seriedade do sequestro, enfraquecendo o comprometimento da comissão com a busca pela verdade e consequentemente pela justiça.

Conforme mencionado, Jarbas Lima (ARENA) foi inicialmente indicado pelo deputado Romeu Martinelli (ARENA) e aprovado por unanimidade como relator da comissão<sup>91</sup>. Sendo Lima o mesmo parlamentar que atacou a atuação da OAB no caso, acusando a entidade de “exploração política”<sup>92</sup>.

Após o total de 120 horas de trabalho, em uma investigação que mobilizou 450 pessoas, coletados 39 depoimentos, ouvidas mais de 42 testemunhas, realizadas 4 acareações e conduzida uma diligência para o reconhecimento de funcionários públicos<sup>93</sup>, foi declarada o fim das investigações em agosto de 1979. Todo o extenso material, composto por 700 folhas, integra três grossos volumes<sup>94</sup>, contendo termos de declarações, autos de acareações, atas das

<sup>88</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit.,

<sup>89</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*, op.cit., pp. 273- 274.

<sup>90</sup> FERRI, Omar. *Seqüestro no cone sul – o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 120.

<sup>91</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai...*, op cit., p. 31.

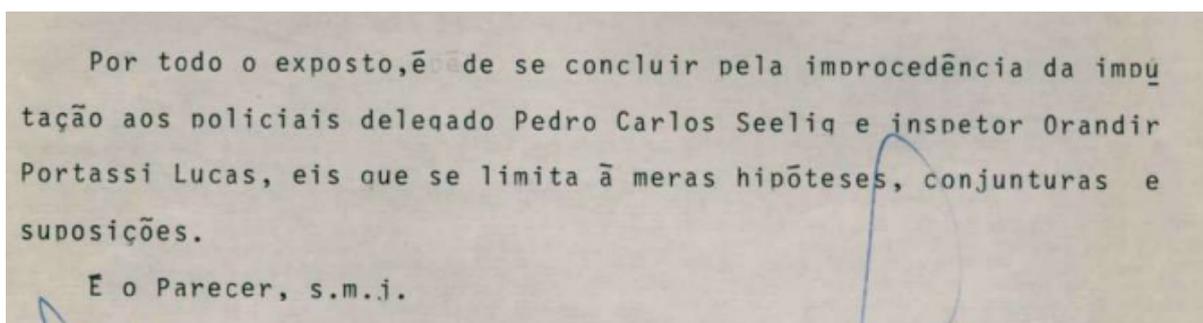
<sup>92</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*, op.cit., p. 274.

<sup>93</sup> Destaca-se o processo de reconhecimento de cerca de 180 policiais lotados no DOPS, que chegaram à ALERGS em cinco ônibus da Empresa Carris. Dentre os quadros do DOPS, destaque para o próprio comparecimento do delegado Pedro Seelig e do escrivão Orandir Portassi Lucas, no dia 18 de junho de 1979. Nenhum dos dois funcionários depôs, seguindo orientação de seu advogado, Osvaldo de Lia Pires. REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit., p.152.

<sup>94</sup> Conteúdo completo do processo disponível na íntegra disponível em <<https://tinyurl.com/5n8j9vju>>.

reuniões, além da juntada de documentos e solicitação de perícia ao Instituto de Criminalística para avaliação do bilhete supostamente escrito por Lilián Celiberti<sup>95</sup>. Parte destes documentos usados como fonte histórica para este trabalho.

Em 17 de setembro de 1979, o extenso relatório final da CPI, preenchendo 96 laudas, foi divulgado. Elaborado por Lima, o documento concluiu "pela inexistência de qualquer tipo de delito, sendo, portanto, improcedentes as imputações feitas aos policiais". O parecer opinou pela inocência dos policiais Pedro Carlos Seelig e Orandir Portassi Lucas<sup>96</sup>, conforme exposto abaixo:



**Figura 3.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 651. ALERGS.

De acordo com Reis (2012), “o parecer do relator arenista apontava várias opiniões preconceituosas, bem como um cinismo inaceitável<sup>97</sup>”. Já segundo matéria jornalística do *Jornal do Brasil*, Jarbas Lima explicou sua decisão com o argumento de que “agiu baseado em suas convicções pessoais e com a sua consciência”. Para o parlamentar, o reconhecimento feito por Camilo de Seelig, parte da investigação, “deixa a desejar do ponto de vista da prova<sup>98</sup> e desconsidera também a identificação feita por Cunha e Scalco de Didi Pedalada. Revelando as controvérsias que permeiam o julgamento do caso.

Na análise do relatório preparado por Jarbas Lima, a maioria emedebista da CPI expressou discordância com a conclusão apresentada, levando à rejeição do referido relatório. Segundo Ferri, o relatório final redigido por Lima foi encomendado a Manoel da Braga Gastal, presidente regional da Arena, e carecia “dos pré-requisitos de independência e imparcialidade<sup>99</sup>”. Segundo Cunha, “foi revelado que Braga Gastal recebeu fundos da

<sup>95</sup> “Lilián conseguira contrabandear bilhetes escritos nos maços de cigarro para sua mãe”. REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit., p. 110.

<sup>96</sup> FERRI, Omar. *Seqüestro no cone sul – o caso Lilián e Universindo*, op. cit., p. 153.

<sup>97</sup> REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*, op.cit.,

<sup>98</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai...*, op cit., Folha 539.

<sup>99</sup> FERRI, Omar. *Seqüestro no cone sul – o caso Lilián e Universindo*, op. cit., p. 158.

Assembleia Legislativa, levantando questões sobre a relação entre ele, o partido ARENA e o relatório que absolveu os sequestradores apoiados pela ARENA”<sup>100</sup>. É relevante destacar que embora as afirmações de ambos careçam de evidências concretas, no entanto, estas desempenham um papel crucial ao fornecerem um direcionamento para esta pesquisa. Dado que, uma vez que foram formuladas por figuras atuantes no caso como Omar Ferri e Luiz Cláudio Cunha, seu peso contribui significativamente para a compreensão da complexidade da situação, influenciando a direção e a profundidade do julgamento.

Posteriormente à apresentação do parecer final, a Assembleia Legislativa nomeou Ivo Mainardi (MDB) como novo relator, cujo relatório aprovado serviu de base para a denúncia encaminhada ao Ministério Público e os autos foram encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado para as devidas providências, onde começou a tramitar na 3ª Vara sendo prova na ação penal, resultando na condenação de Didi Pedalada. O desfecho do caso inclusive revela uma notável ironia no que tange a discrepância no desfecho judicial do sequestro. Didi Pedalada, o único indivíduo negro envolvido, tornou-se o único condenado no episódio. Essa disparidade ressalta não apenas a seletividade do sistema judicial, mas também a marginalização racial. Aspecto corroborado com a similaridade no qual, de maneira igualmente irônica, Elenira Severino, uma escritã negra do DOPS, apesar de sua posição subalterna e conhecimento limitado sobre os eventos, foi paradoxalmente a única a pagar com a própria vida no caso<sup>101</sup>. Pouco se sabe sobre a escritã, dado que o ambiente ainda hostil à época limitou a investigações jornalísticas, deixando sem resposta as perguntas sobre a morte de Elenira Severino:

O envolvimento de Elenira se deu porque foi ela a encarregada de cuidar dos filhos de Lilian enquanto o casal era interrogado e torturado. Mais tarde, a investigação jornalística que se seguiu à descoberta do sequestro chegou ao seu nome e ela, reconhecida por uma das crianças, se tornou uma personagem-chave da trama. Sua palavra seria capaz de arruinar a versão oficial do governo, que negou até o fim a participação na ação clandestina – só esclarecida graças à persistência da imprensa em buscar a verdade.<sup>102</sup>

O relatório de Mainardi contraria as conclusões da Polícia Federal e do Conselho Superior de Polícia, que absolveram os policiais<sup>103</sup>. A conclusão apontou que, embora Didi

---

<sup>100</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O seqüestro dos uruguaios*, op. cit., pp. 267 e 268.

<sup>101</sup> Para mais detalhes sobre Elenira Severino, acessar: GARCIA, Pedro. *Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor*. GAZ, 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4anx2zmw/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

<sup>102</sup> Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor. Disponível em: <<https://www.gaz.com.br/elenira-severino-uma-vitima-esquecida-da-operacao-condor/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

<sup>103</sup> *Ibidem*.

tenha desempenhado um papel crucial no sequestro, ele agiu sob as ordens de Seelig<sup>104</sup>, que saiu impune. Demonstrando que, mesmo havendo um culpado, a justiça recaiu de maneira desigual sobre os elos mais frágeis da cadeia, enquanto os protagonistas centrais, como Seelig, permaneceram isentos de punição. Esta lógica embasa a opinião de Cunha, de que a CPI representou um inquérito de fachada, dado que a condenação de Didi, embora significativa, foi irrisória, com apenas seis meses de suspensão, e por abuso de autoridade (art. 3º, alínea a lei nº4898/1965), e não por sequestro<sup>105</sup>.

O parecer de Ivo Mainardi não apenas propôs a condenação por abuso de autoridade de Seelig, do escrivão Janito dos Santos Kepler (Jorjão) e de Didi Pedalada, mas também estendeu suas denúncias aos advogados João Antônio Silveira de Castro, Oswaldo Biagi de Lima e Patrocínio Lugo Acosta, todos envolvidos na “Farsa de Bagé”<sup>106</sup>, no qual Mainardi fundamentou sua argumentação na acusação de falso testemunho prestado à Comissão de Inquérito. A abordagem de Mainardi destacou a complexidade do caso, revelando que não somente os protagonistas diretos do sequestro buscaram ocultar a verdade dos fatos, como também terceiros que por meio de falsos testemunhos possuíam o mesmo objetivo.

A análise crítica do discurso de Lima, detalhada no 2º capítulo desta pesquisa, não é isolada no contexto do aparato jurídico repressivo da ditadura. A repressão não visava exclusivamente aqueles que questionavam as ordens e a violência do militarismo. Durante a ditadura militar, a dissidência à ordem era sistematicamente qualificada como ameaça comunista, fornecendo pretexto inicial e sustentando estruturas e práticas ao longo da repressão, conforme visto em Sá Motta (2001). Por assim dizer, a generalização do rótulo "comunista" funcionou como arma retórica, legitimando a violação sistemática dos direitos humanos. Compreender a interligação do relatório da CPI com o discurso anticomunista é essencial para desvelar os mecanismos que sustentaram a perseguição a Lilián e Universindo, simultaneamente alvos de duas ditaduras.

Ressalta-se que, como mencionado na introdução, em relação ao relatório final de Jarbas Limas, iremos nos abster de uma análise mais técnica das provas e da investigação dos fatos, direcionando o enfoque, em vez disso, para os elementos políticos que moldaram o parecer conclusivo. O parecer de Jarbas Lima, embora não aprovado pela Assembleia Legislativa, emerge como o ponto focal desta pesquisa. Como argumenta Mainardi, o

---

<sup>104</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai..., op cit., folha 540.

<sup>105</sup> PADRÓS, Enrique Serra, et al. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*, op.cit.,.

<sup>106</sup> “Incurso nos mesmo dispositivos apontados contra Orandir, com o agravante de ser chefe (art. 54, I, do Código Penal)”. CPI, folha 541.

documento final representa "um tremendo esforço dialético para chegar a uma conclusão política e em completa dissonância com a realidade dos fatos"<sup>107</sup>. O propósito do presente trabalho é destacar a tentativa do parlamentar em transformar a CPI em um cenário de dupla violência, visando a revitimização de Lilián e Universindo.

É perceptível que o comunismo não foi explicitamente mencionado dentro do processo, entretanto, como discutido anteriormente, o sequestro derivou diretamente da Operação *Zapato Roto*, que, por sua vez, fazia parte da Operação Condor, originada da luta anticomunista. Nesse contexto, refletimos à luz da perspectiva de Foucault, em sua linha de pensamento em *A Ordem do Discurso*, de 1971. A narrativa presente no relatório do parlamentar arenista se insere, nesse caso específico, em um sistema de pacto silencioso e, ao mesmo tempo, violento, revelando a intrínseca conexão entre o sequestro dos uruguaios e a retórica anticomunista que permeava o período.

Portanto, a conclusão do relatório elaborado por Jarbas Lima foi construída de maneira arbitrária para a absolvição dos agentes policiais envolvidos e, por extensão, do Estado brasileiro. Este desfecho, respaldado por uma sutil narrativa ideologicamente carregada, instiga a reflexão crítica não apenas da imparcialidade do processo investigativo, como também lança luz acerca da necessidade de uma reflexão acerca da priorização do combate anticomunista sobre as garantias individuais e os princípios democráticos.

---

<sup>107</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai..., op cit., folha 533.

## CAPÍTULO 2. “QUE PARTIDO OPOSICIONISTA NÃO É ACUSADO DE COMUNISTA POR SEUS ADVERSÁRIOS?”

### 2.1. A CPI como campo partidário

O poder não está, substancialmente, identificado a um indivíduo que o possuiria e o exerceria desde sua origem; ele torna-se um maquinário do qual ninguém é titular. Certamente, nessa máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; certos lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De sorte que podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder da força individual.<sup>108</sup>

Ao longo do primeiro capítulo, a análise abordou o panorama sócio-político latino-americano durante o período delimitado do sequestro, compreendido entre 1979 e 1985. Neste intervalo temporal, conforme destacado por Silva<sup>109</sup>, a América do Sul e a ditadura militar tornaram-se quase sinônimos, refletindo uma confluência crítica de eventos que marcaram a região. Dando continuidade a esta investigação, o segundo capítulo direcionará a atenção para o exercício analítico do discurso presente na base documental selecionada para este estudo. Nesse sentido, a abordagem se fundamentará nas perspectivas teóricas de Michel Foucault e Rodrigo Patto Sá Motta, buscando desvendar as nuances discursivas que permeiam a CPI dos Uruguaios. A escolha desses referenciais teóricos visa proporcionar uma compreensão mais profunda das estratégias discursivas adotadas durante o processo investigativo, bem como elucidar as conexões entre o discurso anticomunista e as práticas políticas da época.

As dúvidas pendentes residem na compreensão mais aprofundada do impacto desses discursos no tecido social da época. Como essas narrativas influenciaram a percepção pública, alimentando ou reforçando estigmatização? Em que medida a associação entre discurso, anticomunismo e moralismo contribuiu para a consolidação do autoritarismo e para a perpetuação de desigualdades de julgamentos jurídicos? Essas são questões que exigem uma análise mais aprofundada para compreender completamente o alcance dessas interações na ditadura militar brasileira. Conforme salienta Padrós:

Em realidade, o perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, forâneas, externas, diferentes das locais. Pelo desdobramento dos fatos históricos, constata-se que aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas “ideologias estranhas” foram tratados como inimigos perigosos

---

<sup>108</sup> FOUCAULT, Michel; *Microfísica do poder*, op. cit., pp. 116-117.

<sup>109</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local.<sup>110</sup>

Nesta parte da análise, é crucial considerar os elementos delineados no Capítulo I, destacando especialmente o conceito de discurso. Para uma síntese mais aprimorada dessa concepção, adota-se aqui uma adaptação do método de questionamento de fonte proposto pela historiadora e professora Dayse Lúcida Silva Santos<sup>111</sup>. Nesta atribuição, aplicam-se as seguintes indagações ao texto "A Ordem do Discurso", de Michel Foucault (1971): O que seria o discurso? Quem produz o discurso? Para quem produz? Como o produz? Quem o domina? Por que? Onde? Essas questões proporcionarão uma análise mais abrangente e contextualizada do fenômeno discursivo em questão.

Foucault argumenta que a produção de discurso não é atribuída exclusivamente a indivíduos isolados, mas é moldada por diversas instituições, poderes e estruturas sociais. A ideia central é que a produção de discurso é influenciada e regulamentada por relações de poder, normas sociais e instituições específicas em determinados contextos históricos e culturais. Essa perspectiva ampla implica que a produção de linguagem não é restrita a um grupo ou indivíduo, envolvendo agentes sociais e institucionais como políticos, sociedades e instituições educacionais. Para o filósofo o discurso não é apenas uma entidade abstrata, mas possui efeitos concretos e influências tangíveis na sociedade:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.<sup>112</sup>

Nesse sentido, a ótica foucaultiana proporciona uma base para aprofundar a compreensão dos mecanismos de controle discursivo na ditadura militar brasileira e, por conseguinte, no relatório de Jarbas Lima. Em "A Microfísica do Poder"<sup>113</sup>, Foucault destaca que a dominação da linguagem vai além das palavras, alcançando práticas discursivas, formas de conhecimento e normas sociais, permeando as estruturas regulamentadoras e influenciando a percepção coletiva: "a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e produz efeitos regulamentados de poder." Esses efeitos, controlados para atender aos interesses das instituições dominantes, se manifestam em instituições como

<sup>110</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO... [et al.] *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 144.

<sup>111</sup> SANTOS, Dayse Lúcida Silva. *Métodos e técnicas de pesquisa em História*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, op. cit.,

<sup>113</sup> FOUCAULT, Michel; *Microfísica do poder*, op. cit.,

o Estado, sistemas educacionais, mídia e sistemas judiciais, onde normas são estabelecidas e discursos disseminados para moldar a compreensão coletiva, servindo como instrumento de legitimação de formas específicas de conduta. Deste modo, estas normas também exercem poder de marginalização de perspectivas desafiadoras. Portanto, a relação entre a ditadura, anticomunismo e discurso está intrinsecamente ligada à estratégia de domínio e da manutenção do poderio militar.

Posto isto, é crucial recapitular o impacto do contexto político brasileiro pós-1964. De acordo com Mattos<sup>114</sup>, o Ato Institucional nº 1 exerceu uma influência significativa ao restringir a atuação do Poder Judiciário. O referido ato, dentre outras medidas, buscava fundamentar legalmente a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) sob a supervisão de oficiais, os quais conduziram investigações em todo o país com o objetivo de identificar indivíduos rotulados como "subversivos". Embora a Constituição de 1967 estipulasse legalmente a possibilidade de instalação de uma CPI, a limitação imposta pelo governo militar em submeter-se a qualquer apuração investigativa do Poder Legislativo restringia a efetividade da capacidade investigativa dos parlamentares à teoria disposta no documento constitucional<sup>115</sup>.

No entanto, ressalta Reis (2012) que a ALERGS, ao abrir inquérito para investigar o sequestro dos uruguaios, emergiu como uma das primeiras instâncias no Brasil a conduzir uma CPI voltada para a investigação de um crime político perpetrado pelo Estado durante o regime ditatorial. Logo, o sequestro de Lilián e Universindo não apenas desencadeou futuras investigações e debates concernentes à Operação Condor, como também desempenhou um papel significativo na subversão da lógica subjacente às apurações de crimes contra o Estado e contra a ordem política e social, antes incumbidas ao âmbito judiciário.

## 2.2. Análise da fonte

Tomando como ponto de partida a investigação das fontes, torna-se evidente que a documentação da CPI dos Uruguaios desempenha um papel fundamental na análise das estratégias discursivas, na compreensão da influência das dinâmicas políticas e na conexão desses eventos com a materialidade documental. O manejo desta fonte revelou-se desafiador devido ao substancial volume de informações disponíveis para análise. Nesse contexto, a

---

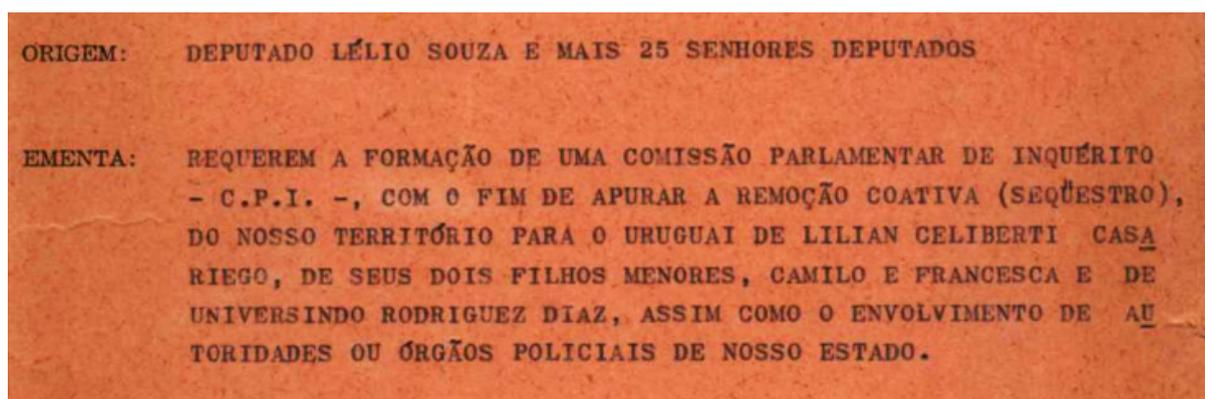
<sup>114</sup> MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 114.

<sup>115</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito: origem, conceito e desempenho. *Ferraz & Oliveira*. Disponível em: <<https://www.ferrazoliveira.adv.br/comissao-parlamentar-de-inquerito-origem-conceito-e-desempenho/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

seleção de dados foi seletiva, exigindo cautela na localização de informações específicas alinhadas ao enfoque desta pesquisa.

Dessa forma, diante de uma ampla gama de documentação disponível, abarcando desde atas de reuniões e depoimentos de testemunhas até perícias e outros elementos jurídicos, é possível constatar que as transcrições essenciais para esta pesquisa estão integralmente contidas no volume 3 do requerimento nº 1/79, do processo nº 665/0100/79-0. O documento foi produzido na Diretoria de Protocolo, Comunicações e Arquivo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 9 de março de 1979 a 16 de outubro de 1979. Trata-se de uma ação judicial oficial, digitalizada, elaborado por órgãos vinculados ao governo estadual gaúcho, portanto registro no SPI (Sistema de Protocolo Integrado)<sup>116</sup>. Os relatórios objetos de análise deste trabalho, juntamente com o restante do processo, estão arquivados permanentemente no acervo digital do Memorial da ALERGS, possibilitando a leitura integral dos autos e contribuindo para a compreensão esclarecedora do caso do sequestro dos uruguaios<sup>117</sup>.

Partindo agora à análise da fonte documental, torna-se crucial destacar aspectos de relevância presentes já na capa do processo. Na capa são apresentadas a origem e a ementa do caso, sendo a ementa um elemento que busca concisamente resumir o evento, bem como sintetizar as razões jurídicas e as consequências fáticas relevantes ao caso julgado. O seguinte trecho oferece a breve síntese:



**Figura 4.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 526. ALERGS.

A partir da interpretação da ementa é possível notar o uso do eufemismo “remoção coativa”, termo escolhido pelo parlamentar Amaral Viana (ARENA), como visto no Capítulo

<sup>116</sup> Sistema digital interno do governo gaúcho de cadastramento e registro de processos administrativos. informação disponível em: <<https://tinyurl.com/yr9uvtdp>> . Acesso em: 24 nov. 2023

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n8j9vju>>. Acesso em 24 de nov. 2023.

1. Portanto, na capa do relatório já é possível notar uma tentativa estratégica de moldar a narrativa em torno dos eventos investigados. A substituição de "sequestro" por "remoção coativa" constitui uma tentativa de atenuar a gravidade dos eventos, apresentando-os de forma menos negativa. O uso do eufemismo como artifício discursivo, cujo propósito é "mascarar a verdade, ocultando aspectos menos convenientes para o emissor e, com isso, enganar o receptor"<sup>118</sup>, sugere uma estratégia consciente de manipulação da linguagem para moldar a percepção pública e conseqüentemente correlacionar o que Foucault sugere sobre a produção do discurso ser controlada e organizada por procedimentos que buscam neutralizar seus potenciais impactos e riscos.

Essa abordagem retórica pode estar associada ao conceito que Rodrigo Patto Sá Motta caracteriza como uma narrativa anticomunista estrategicamente empregada para estigmatizar e reprimir a oposição política. Segundo o historiador, anticomunistas consistem em "indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, seja pela palavra ou pela ação"<sup>119</sup>, portanto, grupos políticos de oposição eram estigmatizados e perseguidos sistematicamente de diversos segmentos da sociedade por apresentar o rótulo negativo "comunista". Este alinhamento converge com a visão de Michel Foucault trabalhada nesta pesquisa, em que o controle, seleção e organização do discurso emergem como instrumentos cruciais para a manutenção do poder em uma sociedade. Esta concepção, pertinente ao governo militar, é corroborada por Vieira, que afirma que:

As intenções dos representantes da Ditadura estavam nesse movimento que menciona Foucault (2010, p. 9) "organizado e redistribuído por um certo número de procedimentos", seja visual, material ou simbólico. Se fazer presente nas diferentes formas de disciplina e discurso, conjurando seu poder de dominação e coerção social (...).<sup>120</sup>

Para adequar esta teoria à presente pesquisa, parte-se da premissa de que Motta (2001), destaca duas facetas do anticomunismo: as representações e as ações. Na esfera das representações, o anticomunismo se configura como um corpo doutrinário, materializando-se através de ideias, imagens e iconografias que esboçam uma narrativa hostil em relação ao comunismo. Nesse contexto, o discurso presente no relatório final, envolvido em uma

---

<sup>118</sup> Rosas Fester, Azby p. 30. apud FERNÁNDEZ-SMITH, Gérard. "Aspectos pragmáticos y discursivos de los usos eufemísticos en la comunicación pública.". *Rilce*. Revista De Filología Hispánica, v. 33, n. 3, 2017, p. 290. "Lei de solidariedade sustentável ou reforma tributária: eufemismos e outras estratégias discursivas no discurso da conta de Iván Duque no Twitter." (2023). *Tradução nossa*.

<sup>119</sup> MOTTA, Rodrigo Sá. ENTREVISTA: Rodrigo Sá Motta fala sobre nova edição de "Em guarda contra o perigo vermelho". Entrevista concedida a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8e84sd>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

<sup>120</sup> VIEIRA, Maria Letícia Costa. Cultura escolar, memória e sensibilidades no Colégio Alfredo Dantas (1945-1975). 2022. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. p. 51.

retórica específica, desempenha um papel na construção de uma representação negativa dos uruguaios comunistas. Embora não os identifique explicitamente como ameaças à ordem estabelecida, sugere, de forma velada, que são culpados por representarem um potencial ameaça à mesma ordem.

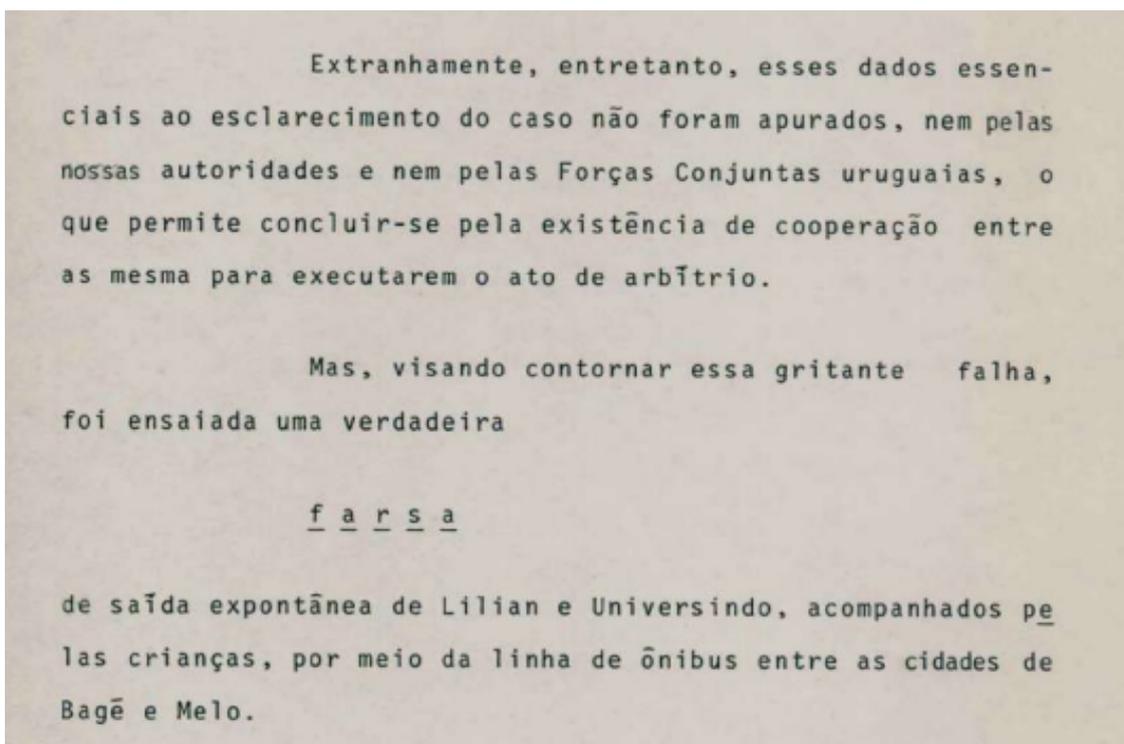
Por outro lado, no âmbito das ações, o anticomunismo manifestado no relatório se alinha à configuração de uma manipulação oportunista da imagem de Lilián e Universindo, delineando uma perseguição passiva a ambos. Importante notar que, embora não se enquadre exatamente na definição de Patto Sá de "estruturação de movimentos e organizações anticomunistas", no sentido de uma política pública explicitamente anticomunista, a ação de sequestrar e torturar o casal, bem como procurar justificar a ação que Lilián e Universindo haviam entrado no Uruguai ilegalmente com armas e documentos subversivos<sup>121</sup>, é um reflexo da estrutura social permeada por uma mentalidade anticomunista.

Conforme explica Reis (2012, p. 106), a culpabilização de Lilián e Universindo surgiu do fato de que as autoridades uruguaias, assim como a Polícia Federal e Estadual brasileira, buscavam de todas as formas encobrir os envolvidos e dificultar as investigações. De acordo com o autor, a Polícia Federal corroborou com a mencionada "Farsa de Bagé" elaborada pelas autoridades uruguaias. Logo, como conclui Reis, tanto na esfera da polícia civil estadual quanto na da polícia federal, tornou-se evidente que, especialmente em tempos de Segurança Nacional, a máxima "polícia não investiga polícia" prevalecia.

Como evidenciado no trecho da fonte a seguir, o deputado Ivo Mainardi, encarregado de apresentar um segundo relatório final, chegou à conclusão de que houve manipulação dos fatos com o intuito de incriminar Lilián e Universindo na "Farsa de Bagé".

---

<sup>121</sup> Após 44 anos, militares uruguaios são presos por participarem de sequestros em Porto Alegre. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78107/apos-44-anos-militares-uruguaios-sao-presos-por-participarem-de-sequestros-em-porto-alegre>>. Acesso em: 28 nov. 2023.



**Figura 5.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 547. ALERGS.

A vinculação da imagem dos Lilian e Universindo a uma narrativa negativa, própria do imaginário anticomunista, encontra explicação à luz do contexto histórico da Intentona Comunista, ocorrida em 1935. Esse episódio exerceu uma significativa influência na percepção do governo e da sociedade em relação a atividades políticas e ideológicas consideradas subversivas durante o período da ditadura militar. Segundo Motta:

A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo.<sup>122</sup>

É neste contexto que a Intentona Comunista de 1935, embora não tenha contribuído diretamente para a popularização do comunismo no Brasil, deixou em evidência a presença de grupos comunistas, fazendo com que a rápida repressão pelo governo de Getúlio Vargas resultasse em perseguições, prisões e execuções. Esse desfecho negativo contribuiu para a estigmatização do comunismo, associando-o a ameaças à ordem estabelecida. Logo, a Intentona Comunista de 1935 não gerou uma adesão maciça à ideologia comunista entre a população, mas teve impacto na intensificação da repressão política e na construção de uma narrativa antiesquerdista que perdurou durante a ditadura militar e além.

<sup>122</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*, op. cit.,

Consequentemente, surgiu a tendência de aliar grupos de esquerda à terrorismo político. Isso se deve em grande parte ao fato de que muitos grupos de esquerda, como visto em Motta (2018), adotaram a luta armada como forma de resistência à ditadura militar. O governo militar, por sua vez, qualificou essas ações como terrorismo e passou a perseguir desenfreadamente e torturar opositores políticos da ditadura, como pode ser observado em casos como a Guerrilha do Araguaia e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)<sup>123</sup>.

Durante as investigações da CPI, foram evidenciadas tentativas de negar o ocorrido por parte de alguns atores envolvidos. Ivo Mainardi, por exemplo, concluiu pela confirmação da manipulação dos fatos para incriminar Lílian e Universindo, apontando o episódio da "Farsa de Bagé". Essa visão, representada no fragmento da fonte citada, sugere uma tentativa de considerar o sequestro como uma estratégia de incriminação anticomunista. Essas negações e reinterpretações dos eventos revelam as disputas narrativas e as diferentes perspectivas sobre o sequestro no contexto político da época.

Com a renovação historiográfica do século XX onde a História passou a atuar interdisciplinarmente com outras áreas do conhecimento, destaca-se as “as relações entre a História e a Linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas”<sup>124</sup>. De acordo com Barros (2019), as fontes históricas não estão restritas somente à materialidade. Desse modo, este entendimento, aplicado ao contexto da CPI do sequestro dos uruguaios neste trabalho, vai além da análise material do documento, pautando-se na manipulação da fonte, que neste caso, incorpora tanto elementos materiais quanto imateriais, como discursos e narrativas, atreladas a acontecimentos e eventos históricos que promovem a contextualização histórica da linguagem de Jarbas Lima e Ivo Mainardi.

A análise das cópias digitalizadas da CPI de investigação do sequestro de Lilián e Universindo, disponíveis no memorial digital da ALERGS, estabelece uma transição significativa no escopo desta pesquisa. Após examinar brevemente os relatórios finais da Comissão, a pesquisa avança agora para outra etapa. Ao aprofundar a compreensão das estratégias discursivas utilizadas durante a CPI, essas fontes documentais fornecem a base essencial para a próxima fase da análise, que se concentra na construção discursiva do anticomunismo. A interconexão entre o conteúdo dessas cópias e o próximo tópico

---

<sup>123</sup> Não foram encontradas fontes concretas que indiquem que o PVP fosse adepto à luta armada.

<sup>124</sup> BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. pp. 2-3.

desenvolverá as nuances do discurso anticomunista identificadas até agora, as quais serão contextualizadas e exploradas de maneira mais abrangente.

### 2.3. Anticomunismo e Construção Discursiva

Nesse âmbito, o arenista Jarbas Lima sutilmente incorpora o que Sá Motta identifica como as três matrizes fundamentais que, combinadas ou isoladamente, formam a base do anticomunismo, são elas o liberalismo, cristianismo e o nacionalismo (2001, p. 35). Tais matrizes:

(...) não seriam exclusividade dos grupos a elas vinculado, ou seja, “os valores religiosos não eram atributos só de padres, o nacionalismo não constituía privilégio das Forças Armadas e os homens de negócios não os únicos a defenderem ideias liberais”, esses grupos constituíam apenas os principais divulgadores de tais doutrinas. Uma organização anticomunista poderia estar, ou não, permeada de elementos religiosos, nacionalistas e liberais ao mesmo tempo.<sup>125</sup>

Precedendo a abordagem deste tópico, torna-se imperativo efetuar algumas considerações pertinentes: serão buscadas diretrizes no conceito de imaginário anticomunista para fundamentação da análise, contudo, a abordagem e o desenvolvimento das ideias seguirão uma trajetória própria. Dentro desta trajetória deixaremos de lado a parte acerca do liberalismo e focaremos apenas no cristianismo e no nacionalismo, visto que o primeiro não se encaixa no escopo da pesquisa. Partindo deste princípio, a categorização apresentada por Sá Motta será utilizada como ponto de partida, adaptando e aplicando esses conceitos de maneira a contribuir para uma compreensão particularizada do discurso presente no relatório. Essa abordagem permitirá uma integração crítica destes conceitos já existentes, ao mesmo tempo em que promoverá uma perspectiva singular na análise proposta, sendo detalhados a seguir.

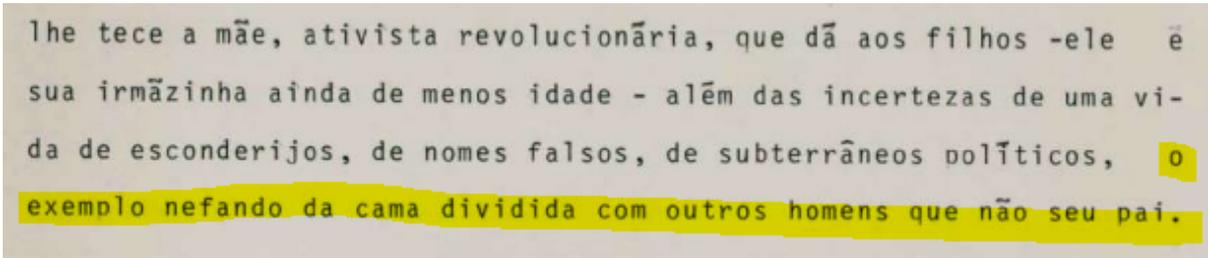
A ascensão do anticomunismo no Brasil, de acordo com Santos (2022), a grosso modo surgiu da chegada de bolcheviques ao poder em 1917 e a subsequente Revolução Soviética, transformando as teorias econômicas e sociais em uma realidade concreta e tornando-se um "perigo" real que mobilizou anticomunistas globalmente. O impacto foi significativo, especialmente no Ocidente, onde as repercussões da vitória bolchevique foram amplamente sentidas. Logo, as elites brasileiras ficaram ainda mais alertas diante desse novo fenômeno político que se manifestava globalmente e este alerta se manifestou algumas vezes assumindo as formas abaixo:

---

<sup>125</sup> SANTOS, Valdir Erick dos. *A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969-1979)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. p. 48.

### 2.3.1. Cristianismo

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 38), segundo a ótica cristã, mais especificamente no catolicismo, a essência anticomunista residia no fato de que o comunismo não apenas buscava uma degeneração social e econômica, como também representava uma filosofia abrangente com princípios morais próprios. O autor propõe que este sistema rivalizava diretamente com a religião cristã ao oferecer tanto uma explicação para o mundo, quanto doutrinas alternativas. Logo, o comunismo confrontava os princípios fundamentais do catolicismo ao propor uma substituição da moral cristã e representar uma ameaça à instituição da família. Abaixo, um exemplo dentro do relatório, quando Lima desdenha do testemunho de Camilo, filho de Lílian que, em depoimento aos membros da Comissão da OAB-RS em Montevideú, reconheceu o delegado Pedro Seelig em foto. O discurso neste ponto implicitamente ilustra essas conexões entre moral cristã anticomunista, ao alegar que Camilo além de “um menino castigado pela vida já aos oito anos”<sup>126</sup> pela ausência paterna, também aponta que:



lhe tece a mãe, ativista revolucionária, que dá aos filhos -ele é sua irmãzinha ainda de menos idade - além das incertezas de uma vida de esconderijos, de nomes falsos, de subterrâneos políticos, o exemplo nefando da cama dividida com outros homens que não seu pai.

**Figura 6.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 575. 1979. ALERGS.

De acordo com Motta (2001, p, 91), uma das preocupações centrais dos anticomunistas envolvia a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, que acreditavam estar ameaçadas pela subversão do comunismo. O autor exemplifica que a URSS, enfrentou uma revolução comportamental simultânea às mudanças sociais e econômicas. Os bolcheviques foram acusados de transformar a antiga Rússia em um cenário de degradação moral, superando até mesmo o mundo pagão. Temia-se que, se alcançassem o poder em outros países, eventos semelhantes ocorreriam, sendo responsabilizados por orgias, estupros, incestos e até pela suposta "socialização de mulheres", bem como estas também seriam transformadas em propriedade coletiva. Sá Motta também acrescenta que:

<sup>126</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai..., op cit., folhas 574 e 575.

Divórcio, libertação da mulher, educação sexual e aborto, estas medidas adotadas pelos bolchevistas serviam para conferir verossimilhança às afirmações de que o comunismo visava destruir a família e solapar a moral. Daí derivam as acusações do anticomunismo brasileiro, pródigo em representar os comunistas como sedutores, devassos e inimigos da família, em uma palavra, imorais.<sup>127</sup>

Portanto, o trecho exposto, pode ser interpretado à luz do princípio de um certo direcionamento à moralidade católica. A crítica lançada contra Lilian, ao mencionar a "cama dividida com outros homens que não o seu pai," insinua uma transgressão moral, abordando um viés sexual de forma pejorativa. A moralidade católica tradicionalmente valoriza a família e a fidelidade conjugal, considerando qualquer desvio desses padrões como moralmente repreensíveis. Embora Foucault não aborde especificamente esses tópicos em sua obra, estes aplicam-se à concepção do poder do discurso, visto que a ótica de Lima, enquanto figura de poder, é um veículo de perpetuação de narrativas.

### 2.3.2. Nacionalismo

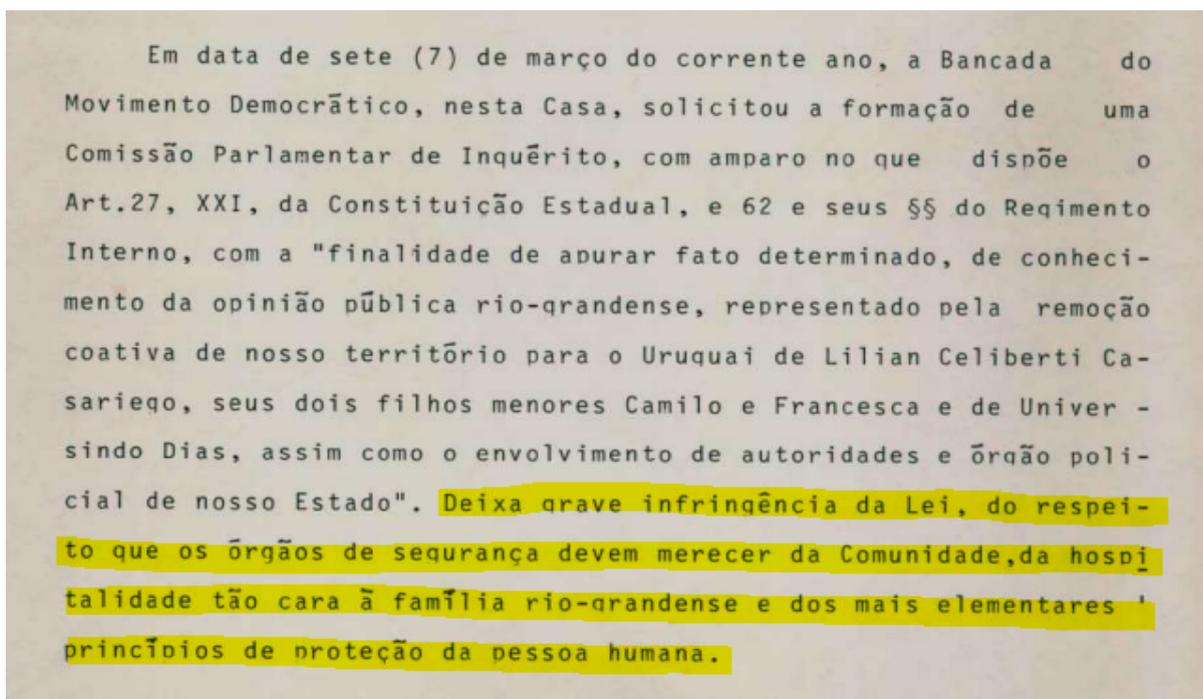
O anticomunismo de viés nacionalista para Sá Motta (2001), destaca-se por acusar militantes comunistas de representarem elementos estrangeiros, alheios à realidade brasileira. O autor descreve que o conceito de “entidade nacional”, pelo viés nacionalista, corresponde a um “corpo orgânico”, deste modo, a tradição e a centralização seria vital para a manutenção da ordem social. Partindo desta idealização, comunistas eram apontados como difusores de ideias estrangeiras, desvinculadas da realidade nacional e a serviço da União Soviética, deste modo, indo contra a sua própria nação.

Partindo do pressuposto histórico ditatorial brasileiro, contextualiza-se que os militares buscavam construir uma narrativa em que valores como ordem, autoridade e patriotismo eram destacados como fundamentais para a construção de uma identidade nacional<sup>128</sup>. A imagem das Forças Armadas era frequentemente associada à defesa desses valores e à proteção da soberania nacional contra ameaças externas, especialmente, é claro, o comunismo. Desse modo, o discurso nacionalista, contribuía para legitimação de ações autoritárias, criando uma conexão simbólica entre o militarismo e a identidade nacional. Conforme será desenvolvido com base no trecho abaixo do relatório:

---

<sup>127</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "A" indústria" do anticomunismo." *Anos 90* 9.15, 2001, p. 93.

<sup>128</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964-1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, pp. 182–206, 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3h4v6zb9>>. Acesso em: 28 nov. 2023.



**Figura 7.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). 1979. Folha 556. ALERGS.

A estratégia acima explora um viés nacionalista, sugerindo que há intrinsecamente uma associação do DOPS a um horizonte de serviço patriótico, onde os militares são como defensores da pátria contra a ameaça comunista. Nesse contexto, a supervalorização pode ser alimentada por uma crença de que o combate ao comunismo é uma missão nobre e necessária para preservar os valores e a segurança locais, e conseqüentemente nacionais. Motta (2021, p. 53), amplia a nossa leitura do relatório com o ponto de vista de que:

Os comunistas foram acusados de professarem um falso nacionalismo, de fachada. Na verdade, todo comunista seria um “nacionalista russo”, usando a bandeira nacionalista para enganar o povo e explorar seus sentimentos patrióticos. Uma vez que chegassem ao poder deixariam cair a máscara e sua submissão aos interesses da União Soviética prevalece.

Tais narrativas que idealizam a imagem do militar como um guerreiro que protagoniza feitos heróicos sacrificios em prol da pátria reforçam aquilo que Foucault afirmou define como “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (1996, p. 10). Ou seja, como o poder não é algo que se tem, mas algo que se exerce, e o discurso é uma das formas pelas quais o poder é exercido, este trecho não mostra apenas expressões do *status quo*, mas eram, em si, o meio pelo qual se sustentava e justificava o exercício do poder militar. Portanto, a relação entre o trecho exposto acima e o discurso anticomunista, se conceitua no princípio de que essa visão que contesta críticas ao DOPS não

apenas reforça e distorce a percepção pública sobre seus atos na repressão, como também legítima.

No entanto, é crucial ressaltar que o DOPS não constituía, por si só, a totalidade do militarismo. De acordo com Starling<sup>129</sup>, até o ano de 1967, a ditadura utilizou a estrutura de repressão já presente nos estados, mobilizando não somente as unidades do DOPS subordinados às Secretarias de Segurança Pública, bem como os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos. A partir de maio de 1967, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), a máquina de repressão passou por uma reconfiguração significativa. O CIE desempenhava papéis simultâneos na coleta de informações e na repressão direta, sendo considerado possivelmente a peça mais letal de todo o aparato da ditadura. Por outro lado, o Serviço Nacional de Informações (SNI) ocupava o centro do sistema de coleta e análise de informações, além de desempenhar um papel crucial na execução da repressão no Brasil.

Tais órgãos, conforme expõe Starling, funcionavam como um organismo formulador de diretrizes para a elaboração de estratégias sob a presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações atuando em diversos níveis da administração pública e na sociedade em geral. Desse modo, a consolidação do poder dos órgãos de segurança na ditadura militar sublinha a centralidade dessas instituições na legitimação da violência durante a ditadura, sendo a atuação do DOPS, enquanto órgão da Polícia Civil, possuía experiência na função de polícia jurídica, ou seja, na elaboração de inquéritos destinados à apreciação judicial<sup>130</sup>.

Como visto em Reis (2012, p. 88), o comando da operação de sequestro era por parte de Pedro Seelig, este subordinado ao diretor geral do DOPS/RS, delegado Marco Aurélio Reis, o qual seguia ordens da Secretaria de Segurança Pública (SSP), comandada pelo coronel Moura Jardim, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul (PF/RS) tinha como responsável pelo setor estrangeiro o delegado Edgar Fuques, subordinado ao Superintendente Geral, coronel Macksen de Castro Rodrigues. A PF, mesmo não participando diretamente do sequestro, atuou no encobrimento dos fatos através de um inquérito administrativo solicitado pelo governador Synval Guazzelli, revelando uma fachada para a “Farsa de Bagé”. Esta estrutura de comando estadual e federal no Rio Grande do Sul era autonomamente

---

<sup>129</sup> STARLING, Heloísa. *Órgãos de Informação e repressão da ditadura*. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Belo Horizonte: Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

<sup>130</sup> PACHECO, T. da S. Polícia política, inteligência e segurança na ditadura militar (1964-1984). *Saeculum*, [S. l.], n. 39 (jul./dez.), pp. 191–204, 2018.

operacional, um pressuposto essencial para as operações do Plano Condor. Logo, o DOPS, que foi o apoio da operação, constituía apenas uma superfície de uma rede complexa de controle que transcendia a esfera militar, consolidando o poder dessas organizações como agentes fundamentais na implementação e justificação da repressão. Ao contrário do Uruguai, onde o sequestro foi mobilizado, em Montevideu, pela Companhia de Contra-Inteligência do Exército, com o apoio principal dos militares Capitão Eduardo Ferro, major José Bassani, major Glauco Yannone e capitão Eduardo Ramos<sup>131</sup>

No Brasil, a narrativa contribui para justificar o sequestro de Lilián e Universindo como uma medida de segurança nacional e, conseqüentemente, a defesa dos princípios “tradicionais”. Conforme é delineado por Stédile (2021) que, mesmo caracterizando outra esfera espacial e temporal da ditadura militar, ao caracterizar a política do ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), demonstra a relevância da subordinação militar pela sociedade civil:

Em suma, o general aceitava a tortura e os assassinatos como recursos lógicos de defesa do Estado, mas não tolerava a insubordinação militar. Sem que a economia ou os discursos patrióticos fossem suficientes para manter a ordem e a estabilidade do regime, parte da Ditadura atuava apenas pela repressão e pela manutenção do poder *per si*.<sup>132</sup>

Portanto, ao associar diretamente um questionamento à autoridade militar com uma espécie de insubordinação, o discurso se assemelha ao nacionalismo anticomunista que buscava consolidar um ambiente em que a oposição a figura militar é tida não apenas como um desafio político, mas também como uma ameaça à ordem social e ao controle do Estado.

#### 2.4. O encerramento da CPI

Embora Jarbas Lima não tenha abertamente se declarado anticomunista, sua narrativa condizente com a ditadura se beneficia da estrutura e do pensamento dominante da época, valendo-se do poder do seu discurso para conferir legitimidade para a transgressão aos direitos fundamentais. Para este capítulo, o foco principal se estreita nessas nuances do teor narrativo do parecer, uma vez que além de permitir exercer o domínio e controle, o discurso também é um artifício para manter o poder nas mãos de uma minoria, conforme vimos em Foucault (1981). Assim como podemos pensar que esse discurso não foi acolhido pelos deputados, ou seja, havia um debate em discurso sobre todo esse anticomunismo.

<sup>131</sup> REIS, Ramiro José dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). *Antíteses*, Vol. 2, N. 4, 2009, p. 1.

<sup>132</sup> STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Aqui sangraram pelos nossos pés: futebol, política e identidade nacional na ditadura militar (1974-1985)*. 2021. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. p. 111.

Após a apresentação do relatório, Ferri (1981, p. 157 e 158) aponta que, a atribuição formal da autoria do parecer de absolvição aos policiais envolvidos no caso tenha sido designada a Jarbas Lima, a elaboração da apreciação foi, de fato, conduzida pelo assessor jurídico Manoel Braga Gastal. Esta circunstância ganha relevância, uma vez que Gastal, à época dos eventos em questão, desempenhava o papel de Presidente Regional do ARENA, bem como consolidou uma reputação como defensor de policiais envolvidos em casos de corrupção, especialmente em práticas ilícitas relacionadas ao jogo do bicho, segundo Ferri. Logo, a atribuição a Gastal pela formulação do parecer sugere uma conexão entre a sua posição política, o histórico em defesa de policiais corruptos e a ausência do princípio da isonomia do parecer. À vista disso, relação estreita entre Jarbas Lima, Manoel Gastal, os vínculos com a ARENA e o teor do discurso do parecer, lança luz sobre a possibilidade de que o relatório de decisão reflète não apenas a ausência de interpretação legal dos eventos, mas também considerações políticas particulares e alianças institucionais.

Esse encadeamento de especificidades, como ilustra Vasconcelos<sup>133</sup>, matinha a preservação de “pilares básicos típicos de uma democracia liberal representativa”, isto é, preservava-se a aparência de legitimidade política e autoridade por meio da utilização de formas constitucionais e procedimentos jurídicos autênticos, visando conferir a ditadura uma fachada de legalidade, mesmo que esses elementos fossem manipulados ou reduzidos a meros símbolos em suas atividades ilegais (Vasconcelos, 2013 apud Smith, 2000). Logo, a busca pela estabilidade e sustentação da ditadura militar se sobrepôs aos princípios fundamentais de justiça e direitos humanos. Isso é perceptível na punição seletiva de opositores políticos, como no caso de Gastal, no qual figuras de poder político aliados eram inocentados, mesmo diante de evidências de corrupção e culpabilidade. Tal indício segue a mesma direção de raciocínio que Patto Sá traz ao explicar a imagem da representação de militares fiéis ao governo mortos em combates como mártires, dado que foram mortos por apátridas:

Divulgou-se a ideia que de um lado, o do governo, alinhavam-se homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado revolucionário encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta. O combate não teria sido apenas uma luta opondo patriotas a comunistas, mas testemunhara também o medir de forças entre bravura e perfídia.<sup>134</sup>

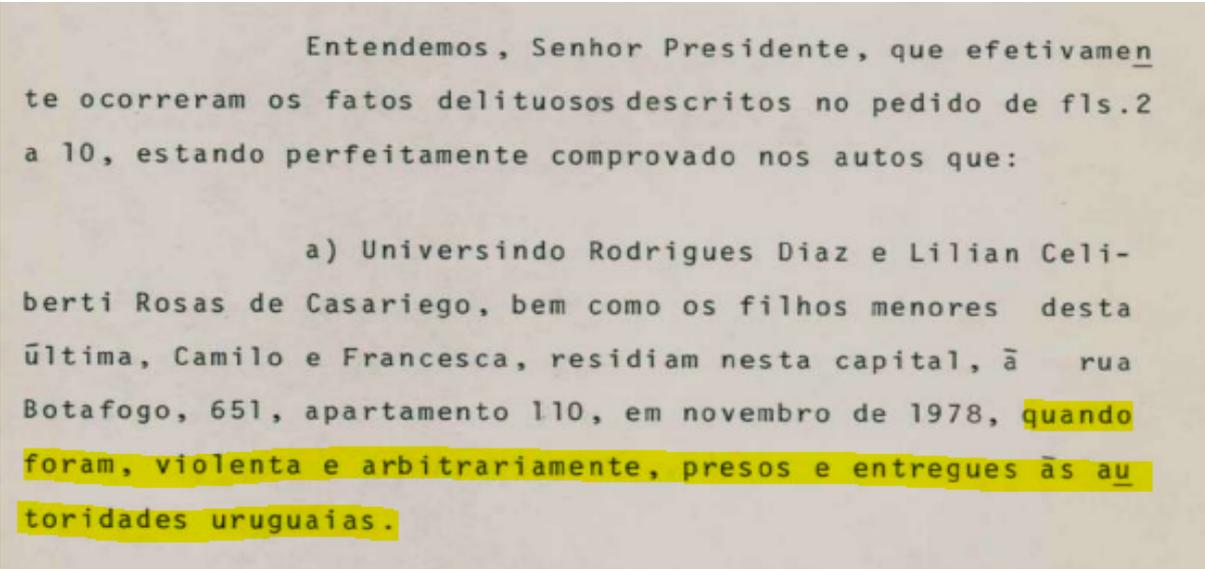
---

<sup>133</sup> VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Varia história*, vol. 29, nº 49, p.333-358, 2013.

<sup>134</sup>MOTTA, Rodrigo. “O anticomunismo militar” IN: *1964/2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro. FAPERJ/ 7 Letras, 2004, p. 295.

Desse modo, o fenômeno das alianças políticas silenciosas entre setores da justiça e o poder executivo foi utilizado como uma extensão do braço repressor da ditadura, sobrepondo-se a fundamentos básicos de justiça e equidade. Portanto, Lílian e Universindo foram submetidos a uma abordagem policial violenta, sequestro, tortura e cárcere, além do julgamento por um parecer tendencioso, demonstrando a falta de integridade do sistema judicial que se retroalimentam justamente por meio desta lógica de manutenção do status quo e reforço dos poderes dominantes.

Postas todas estas considerações, destaca-se agora o desfecho da CPI, relatada na ata da reunião nº 29, realizada na tarde de 1º de outubro de 1979. Importante notar que não há registros das reuniões nº 27 e nº 28, dado que foram requisitadas prorrogações para análise do relatório. Durante a fase de votação, a conclusão de Jarbas Lima recebeu desaprovação dos deputados Ivo Mainardi e João Severiano, ambos do MDB. A Assembleia Legislativa, em resposta, designou Mainardi para elaborar um novo parecer de conclusão. Posteriormente, surge a ata da reunião nº 30 que, assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Nivaldo Soares (MDB), relativa à sessão de 12 de outubro de 1979, no qual Ivo Mainardi apresentou a leitura do seu relatório final sobre o sequestro, cujo trecho expõe-se abaixo:



Entendemos, Senhor Presidente, que efetivamente ocorreram os fatos delituosos descritos no pedido de fls.2 a 10, estando perfeitamente comprovado nos autos que:

a) Universindo Rodrigues Diaz e Lílian Celi-berti Rosas de Casariego, bem como os filhos menores desta última, Camilo e Francesca, residiam nesta capital, à rua Botafogo, 651, apartamento 110, em novembro de 1978, quando foram, violenta e arbitrariamente, presos e entregues às autoridades uruguaias.

**Figura 8.** Fragmento do documento original. CPI (Sequestros dos Uruguaios). Folha 644. 1979. ALERGS.

Tal como é evidente, o parlamentar em pleno período de ditadura militar, concluiu pelo envolvimento da polícia gaúcha no caso, fundamentando a alegação face à resistência de

tais agentes em colaborar com as investigações<sup>135</sup>. Neste discurso, ao defender o reconhecimento do sequestro de Lilián e Universindo, Mainardi destaca-se em sua abordagem direta e contundente em relação à repressão estatal. Utilizando termos claros, o deputado denuncia explicitamente a violência exercida pelo Estado brasileiro contra Lilián e Universindo. Ao mencionar o "sequestro", escolheu uma palavra direta e inequívoca, evitando eufemismos que poderiam minimizar a gravidade da situação. O termo "sequestro" carrega consigo a ilegalidade e a violência, evidenciando a natureza repressiva da ação. A expressão "prisão ilegal" também destaca a violação das normas legais, ressaltando a transgressão às leis e sublinhando a arbitrariedade da prisão. A menção à "violência institucionalizada" critica explicitamente a forma como o Estado emprega a força sistemicamente, sugerindo que a violência analisada não foi um ato isolado, mas parte de uma estrutura mais ampla e consolidada, apontando para a responsabilidade das instituições estatais. Assim, o discurso de Ivo Mainardi revela uma abordagem direta e explícita à repressão do governo brasileiro, utilizando termos contundentes para destacar a gravidade dos acontecimentos e condenar a conduta repressiva das autoridades.

---

<sup>135</sup> ALERGS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai..., op cit., folha 532.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi evidenciar o sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti Casariego e Universindo Rodríguez Díaz, perpetrado pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, expondo práticas arbitrárias e violações dos direitos humanos. Partindo da premissa da Nova História Política, que incorpora a multiplicidade de agentes, experiências individuais, discursos e práticas sociais, nos propusemos a analisar as nuances do discurso do parecer final da CPI de investigação do sequestro, bem como explorar, ao longo dessa narrativa, em que medidas estiveram presentes no discurso parlamentar manifestações anticomunistas.

A relevância desta pesquisa está na contribuição para a compreensão da interconexão entre poder, discurso e repressão estatal, revelada pelo caso em questão e a abordagem seguiu a ótica teórica de Rodrigo Patto Sá Motta, buscando compreender como Jarbas Lima posicionou-se ao tirar conclusões da investigação, bem como as implicações discursivas à luz das percepções de Michel Foucault.

No primeiro capítulo, "O Sequestro dos Uruguaios e as Relações Transnacionais na Ditadura Militar Brasileira", trouxemos a historicidade da discussão e elaboração do primeiro parecer, a partir do delineamento do contexto histórico brasileiro e latino-americano da segunda metade do século XX. Destacamos o processo de nascimento das ditaduras militares e a influência dos Estados Unidos, que culminaram na execução do sequestro pela cooperação na Operação Condor. A hipótese do imaginário anticomunista influenciando o conteúdo discursivo do parecer final é esboçada, revelando a priorização do combate anticomunista sobre garantias individuais e princípios democráticos, partir da potencial absolvição dos agentes do DOPS responsáveis pelo sequestro e tortura de Lilán e Universindo.

No segundo capítulo, "Que partido oposicionista não é acusado de comunista por seus adversários?", realizamos um exercício analítico dos fragmentos do relatório de Jarbas Lima, denotando a presença de um discurso anticomunista. Destacamos a categorização de Sá Motta (2001) no discurso do relatório, fundamentando o imaginário anticomunista, o qual se fundamenta a partir de duas das matrizes expostas pelo autor o cristianismo e o nacionalismo.

De fato, o processo de elaboração do relatório final apresenta uma historicidade complexa desde a escolha de Jarbas Lima (ARENA) como o relator da CPI até a aprovação do parecer de Ivo Mainardi (MDB). A análise do primeiro relatório, juntamente com uma breve leitura do segundo, demonstra abordagens distintas no mesmo caso. Verificou-se que o processo de relatoria acompanhou uma intrínseca ligação entre discurso e poder, permitindo

inferir considerações sobre a escolha discursiva de Lima. As conclusões do deputado arenista mostraram o anticomunismo enquanto ferramenta de justificativa para repressão política, assim como a análise da narrativa revela a dimensão estrutural do controle do discurso, mostrando como este é essencial para a manutenção do poder em sociedades autoritárias. O teor do parecer final revela a representação de Lilián e Universindo como criminosos revolucionários, ameaçando a estrutura militarista e desafiando a moral e a ordem social. Embora termos específicos como comunismo ou anticomunismo não tenham sido explicitamente usados, a postura arenista levou à minimização da gravidade de um crime do Estado brasileiro contra civis, com o agravante da colaboração internacional, dado o contexto da Operação Condor. Verificou-se, no segundo capítulo, que entre as negações e reinterpretações dos eventos ocorridos com a família uruguaia revelava-se uma disputa narrativa em curso.

A identificação de representações do imaginário anticomunista de Rodrigo Patto Sá Motta<sup>136</sup>, conclui-se, pela análise feita ao longo dos dois capítulos, que essas representações estiveram presentes não somente no imaginário do deputado Jarbas Lima, como também de outros parlamentares da ARENA durante todo o período da CPI. Ao longo do trabalho, não foi possível determinar a profundidade do anticomunismo de modo intrínseco, contudo pode-se afirmar a influência deste em momentos cruciais da Comissão.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, enfrentamos limitações na metodologia devido à digitalização das páginas do processo. Ao selecionarmos as páginas publicadas do processo, que estão disponíveis para consulta no depósito digital da ALERGS, observamos que a digitalização não permitia a utilização de comandos de buscas por palavras, dificultando a procura do decorrer do processo pelas partes citadas no relatório, dado o volume de mais de 700 folhas. Assim, se inicialmente tínhamos a pretensão de analisar, com exatidão, cada parte probatória do relatório, cruzando depoimentos, provas e conclusões para comparar com o relatório de Mainardi, após a descoberta deste empecilho, nosso objetivo passou a ser a investigação de um possível direcionamento do teor discursivo de Jarbas Lima, que denotasse uma inclinação para mais um episódio de violação dos direitos humanos legitimada pelo Estado.

Desse modo, acreditamos que com base na Nova História Política, entendemos que a escolha discursiva, a história encoberta de Lilián e Universindo, e a análise dos fragmentos expostos do relatório final associados ao contexto político e ideológico, bem como à

---

<sup>136</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*, op. cit.

influência do imaginário anticomunista, confirmam que a CPI se tornou um palco para uma tentativa de legitimação estatal para violações dos direitos humanos, conforme demonstrado nas tentativas de desqualificar as vítimas, com destaque para a misoginia direcionada a Lilián.

Por fim, na medida em que foi possível, analisarmos e compreendermos a maneira como o poder do discurso é formulado e mantido ao longo desta pesquisa, evidencia-se a complexidade intrínseca à interseção entre política, ideologia e narrativa. O relatório primário da CPI dos Uruguaios, em seu viés anticomunista, não apenas ilustra a instrumentalização do discurso como ferramenta de legitimação e controle durante a ditadura militar brasileira, mas também destaca a permeabilidade das estruturas institucionais à influência ideológica. As nuances reveladas nesta pesquisa, ressaltam a relevância de compreendermos não apenas as manifestações explícitas, mas também as entrelinhas que tecem a trama discursiva. A síntese da trajetória conceitual, delineada desde as raízes do imaginário anticomunista até sua ressignificação no contexto discursivo, proporciona uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas do Brasil, do Uruguai e da Operação Condor. Em síntese, esta pesquisa não apenas desvela fatos passados, mas também lança luz sobre as complexas interconexões entre poder, discurso e construção de narrativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Arquivos digitais

ACERVO MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

PLÁN CONDOR. Inter-American Court. Disponível em: <<https://plancondor.org/en/inter-american-court>>.

### Fontes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Processo nº 665. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Remoção coativa do Brasil para o Uruguai, de Lilian Celiberti Casariego, seus filhos menores Camilo e Francesca, e de Universindo Diaz*. 1979. Conteúdo completo do processo disponível na íntegra em <<https://tinyurl.com/5n8j9vju>>.

BRASIL. Ato Complementar nº4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de Setembro de 1946).

FERRI, Omar. Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

VICTOR, J. Confissões de um ex-torturador. São Paulo: Semente, 1980.

### Referências

A ditadura militar. *Voz humana*. Disponível em: <<https://vozhumana.com.br/a-ditadura-militar/>>.

AREND, Silvia Maria Fávero; HAGEMeyer, Rafael Rosa; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Ditadura Militar: mais do que alçózes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, pp. 464–483, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005.

BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. *Revista Justiça do Direito*. Passo Fundo. UPF/RS. v.29, n.3, p. 587-605, 2015

Bolsonaro é o primeiro presidente brasileiro a admitir a Operação Condor. Congresso em Foco, 10 de outubro de 2021. Disponível em:

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/bolsonaro-e-o-primeiro-presidente-brasileiro-a-admitir-a-operacao-condor/>>. Acesso em: 9 dez. 2023.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Apenas dois partidos no regime militar* - Notícias. 01 de dezembro de 2006. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/90158-apenas-dois-partidos-no-regime-militar/#comentario>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CELIBERTI, Lilian. "Minha prisão comprometeria o Brasil". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O1fNzQIQNJY>>.

CENTENERA, M. Novos documentos revelam que os EUA conheciam o plano de golpe na Argentina em 1976. *El País*. 14 de dezembro de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/internacional/1481657626\\_461766.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/internacional/1481657626_461766.html)>.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria.pdf>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos*. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_pagina\\_83\\_a\\_274.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Comissão Parlamentar de Inquérito: origem, conceito e desempenho. *Ferraz & Oliveira*. Disponível em: <<https://www.ferrazoliveira.adv.br/comissao-parlamentar-de-inquerito-origem-conceito-e-desempenho/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

COSTA, A. DE C.; FONSECA-SILVA, M. DA C. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de "A ordem do discurso", de Michel Foucault. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 161, pp. 49-56, 2014.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

CUNHA, Maria J. C. A Operação Condor. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades*, Brasília, 2010. Disponível em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/390/685.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

CUNHA, Maria Jandyra C. A Operação Condor. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades (UnB)*, v. 03, 2010. Disponível em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/390/685.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2023).

DE SOUZA, F. F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.

EDUFF. *Rodrigo Sá Motta fala sobre nova edição de "Em guarda contra o perigo vermelho"*. 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8e84sd>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Paraná, V.2, N. 4, pp. 831- 856, 2009.

FERNÁNDEZ-SMITH, Gérard. Aspectos pragmáticos y discursivos de los usos eufemísticos en la comunicación pública. *Rilce. Revista De Filología Hispánica*, v. 33, n. 3, 2017.

FERRI, Omar. *Seqüestro no cone sul: o caso Lilián e Universindo*. Vol. 1. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FICO, Carlos. "A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores"." *Revista anistia política e justiça de transição* 4 (2010).

FOLTER, Regiane. Ditadura no Uruguai: do início ao fim. *Politize!* 8 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-no-uruguai/>>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Edições Graal: Rio de Janeiro. 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA, Pedro; CORRÊA, Heloisa. ESPECIAL | Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor. *Jornal Candelária*, 26 de julho de 2020. Disponível em: <<https://jornaldecandelaria.com.br/destaques/especial-elenira-severino-uma-vitima-esquecida-da-operacao-condor/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*. Vol. 10. No. 12, 2014.

La Patota de la OCOA, la guita y el PVP. Noticias de Ayer. Partido por la Victoria del Pueblo. 5 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.pvp.org.uy/pvp-desaparecidos-2.htm>>

LARROBLA, Fabiana. O exílio combatente: a fundação do Partido para a Vitória do Povo (Uruguai) na Argentina. *XIV Conferência Interescolar/Departamental de História*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade Nacional de Cuyo, 2013.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964-1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, pp. 182–206, 2013.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. "A nova história política." *Temporalidades*, Vol.9, N. 3, pp. 258-269, 2017.

MONTAGNA, W. A doutrina da segurança nacional. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 6, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Sá. ENTREVISTA: Rodrigo Sá Motta fala sobre nova edição de "Em guarda contra o perigo vermelho". Entrevista concedida a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.

MOTTA, Rodrigo. "O anticomunismo militar" IN: *1964/2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro. FAPERJ/ 7 Letras, 2004.

NINA, Carlos Homero Vieira. Comissão parlamentar de inquérito nas constituições brasileiras. *Revista de Informação Legislativa. Brasília* a 42, N. 166, 2005.

OLIVEIRA, Ana Fernanda Inocente. *O sentido da história para a École des Annales*. 2014. 162 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

OLIVEIRA, R. G. Operação condor: o terrorismo de estado no cone sul e o papel hegemônico dos estados unidos. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, [S. l.], v. 1, n. 1, pp. 30–52, 2013.

OLIVEIRA, Wellington. Abuso de poder nas comissões parlamentares de inquérito. 2007. Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público, 2012.

Operativos represivos contra el partido por la victoria del pueblo (PVP). *Gub.uy*. Disponível em:

<https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/sites/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/files/documentos/publicaciones/Operativos%2Brepresivos%2Bcontra%2Bel%2BPVP.pdf>

PACHECO, T. da S. Polícia política, inteligência e segurança na ditadura militar (1964-1984). *Saeculum*, [S. l.], n. 39 (jul./dez.), pp. 191–204, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia Historia*, Belo Horizonte, Vol. 28, N. 48, pp.495-517, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon*. Porto Alegre. Vol. 23, n. 47, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. Tese de doutorado (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO. *et al. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 3. Conexão repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PADRÓS, Henrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973)." *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, V.38, N.1, 2012.

PECEQUILO, C. S.: *A Política Externa dos Estados Unidos – continuidade ou mudança*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2010.

PERLATTO, Fernando. "História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, no. 62, pp. 721-740, 2017.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, Vol. 28, nº 47, p.19-41, 2012.

REINA, Eduardo. Após 44 anos, militares uruguaiois são presos por participarem de sequestros em Porto Alegre. *Opera Mundi*, 11 de dezembro de 2022. Disponível em:

<<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78107/apos-44-anos-militares-uruguayos-sao-presos-por-participarem-de-sequestros-em-porto-alegre>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

REIS, Ramiro José dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguayos Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). *Antíteses*, Vol. 2, N. 4, pp. 915-935, 2009.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguayos nas ruas de um porto não muito alegre*. 2012. Dissertação de mestrado (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

REIS, Ramiro. "Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguiaia em Porto Alegre no final da década de 1970." *Revista Digital Estudos Históricos*, Vol. 3, N. 11, 2010.

RÉMOND, René; ROCHA, Dora. *Por uma história política*. Editora UFRJ, 1996.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. *Métodos e técnicas de pesquisa em História*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

SANTOS, Valdir Erick dos. *A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969-1979)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SENADO FEDERAL. *CPI: O que é e como funciona uma comissão parlamentar de inquérito*. 14 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/releases/comissao-parlamentar-de-inquerito-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Marcio Antonio Both da; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana. *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM, 2016.

SPERB, P.; BOFF, F. O jornalismo de Veja na cobertura do sequestro dos uruguayos, 1978-1980. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, [S. l.], v. 21, n. 45, 2022.

STARLING, Heloísa. *Órgãos de Informação e repressão da ditadura*. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Belo Horizonte: Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Aqui sangraram pelos nossos pés: futebol, política e identidade nacional na ditadura militar (1974-1985)*. 2021. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

*Tchau, Yano! A operação condor em Porto Alegre*. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00219014836f4e549cb33>.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Varia história*, vol. 29, nº 49, p.333-358, 2013.

VÍCTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Editora Semente, 1980.

VIEIRA, Maria Leticia Costa. Cultura escolar, memória e sensibilidades no Colégio Alfredo Dantas (1945-1975). 2022. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Aline Oliveira Silva**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**O voo da Condor sobrevoa o discurso: Anticomunismo durante a CPI do Sequestro dos Uruguaios (1979)**” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 03 de janeiro de 2024

Assinatura: \_\_\_\_\_